

JONAS RODRIGO GONÇALVES  
MARIA APARECIDA DE ASSUNÇÃO  
SIMONE DIAS SOUZA DOSCHER DA FONSECA  
Organizadores

# Boas Práticas Acadêmicas

experiências que deram certo em sala de aula



Brasília  
2023

JONAS RODRIGO GONÇALVES  
MARIA APARECIDA DE ASSUNÇÃO  
SIMONE DIAS SOUZA DOSCHER DA FONSECA  
**Organizadores**

# **Boas Práticas Acadêmicas: experiências que deram certo em sala de aula**

**1ª edição  
2023**

DIRETORES:  
Claudine Fernandes de Araújo  
Gustavo Javier Castro Silva

Editora – UniProcessus  
2023



---

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; ASSUNÇÃO, Maria Aparecida; FONSECA, Simone Dias Souza Doscher (Orgs).

Boas práticas acadêmicas: experiências que deram certo em sala de aula. Organizadores: Jonas Rodrigo Gonçalves; Maria Aparecida de Assunção e Simone Dias Souza Doscher da Fonseca. Editor e Supervisor Danilo da Costa. Capa, Diagramação e Projeto Gráfico Danilo da Costa. Direção: Claudine Fernandes de Araújo e Gustavo Javier Castro Silva. Brasília: Editora UniProcessus, 2023.

1ª edição.

ISBN: 978-65-999756-3-9

112 fls.

I. Práticas Acadêmicas. II. Experiência. III. Sala de Aula.

CDU: 370

---

## Conselho Editorial

### Diretor Acadêmico

1. Prof. Dr. Gustavo Javier de Castro Silva, UniProcessus, DF, Brasil

### Editor-Chefe

2. Prof. Dr. Jonas Rodrigo Gonçalves, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

### Editor Assistente

1. Prof. MSc. Danilo da Costa, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

### Conselho Editorial

1. Prof. Dr. Aloísio Ruheinkj, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, Brasil
2. Prof. Dr. Arnaldo Santos Bastos, Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil
3. Profa. Dra. Caroline de Abreu Batista Claro, Universidade de Brasília, DF, Brasil
4. Profa. Dra. Estefânia Naiara da Silva Lino, Universidade de Rio Verde, GO, Brasil
5. Prof. Dr. Gustavo Rabay Guerra, Universidade, Federal da Paraíba, PB, Brasil
6. Prof. Dr. Henrique Smidt Simon, Universidad de Cantabria, UC, Espanha
7. Prof. Dr. José Eduardo Souza de Miranda, Universidade de Cantabria, Espanha
8. Prof. Dr. Márcio Petrocelli Paixão, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
9. Profa. Msc. Patrícia Spagnollo Parise, Universidade de Rio Verde, GO, Brasil
10. Prof. Dr. Rildo Mourão Ferreira, Universidade de Rio Verde, GO, Brasil

### Avaliadores

1. Prof. Dr. Arthur Henrique de Pontes Regis, Universidade de Brasília, DF, Brasil
2. Prof. Dr. Gustavo Javier Castro Silva, UniProcessus, DF, Brasil
3. Prof. Dr. Jonas Rodrigo Gonçalves, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil
4. Prof. Dr. José Bonifácio de Araújo Júnior, UniProcessus, DF, Brasil
5. Prof. MSc. Maria Aparecida de Assunção, UniProcessus, DF, Brasil

### Diagramação

- Danilo da Costa, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

## **Apresentação**

A experiência dos professores em sala de aula com alunos do ensino superior tem sido um importante balizador para os trabalhos de capacitação docente no UniProcessus. O objetivo precípuo da capacitação sempre foi a ampliação do repertório de competências - conhecimentos, habilidades e atitudes - competências essas, já ratificadas em diferentes instrumentos de medida institucional por meio de avaliações realizadas com a comunidade acadêmica ao longo dos anos, tais como: pesquisa anual com egressos UniProcessus, pesquisa da Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como, o resultado de avaliações de treinamentos docentes anteriores.

Nos últimos dois anos, a capacitação docente foi totalmente fundamentada a partir das respostas aos levantamentos de necessidades de treinamento cujos respondentes - professores, alunos, egressos e a própria instituição - foram instados a oferecer dados para balizar a construção da trilha de treinamento, conforme preconizam as melhores práticas contemporâneas de gestão de pessoas e corroborada pela literatura especializada da práxis em Psicologia Organizacional.

Dando continuidade a esse processo formativo que se constitui em importante descritor da matriz de avaliação externa *in loco* do MEC, em 2023 priorizou-se a ampliação dos significados sobre a docência superior com enfoque na produção acadêmica com base na vasta e consolidada experiência dos professores e em reflexões das iniciativas de construção de caminhos pedagógicos diversos, pretendendo intensificar a integração e engajamento daqueles que são o sustentáculo da atividade acadêmica da instituição: professores e alunos.

Destarte, a análise dos dados obtidos nos levantamentos sugeriu que a orientação dos trabalhos de capacitação pudesse lançar mão de uma proposta inovadora que contemplasse a vivência de cada professor mediante o uso de técnicas exitosas empregadas cotidianamente, aquelas que ao longo do tempo se consolidaram como facilitadoras do processo de ensino aprendizagem e que colocassem o aluno na posição de protagonista do seu desenvolvimento acadêmico. Ao contrário de propostas meramente

conteudistas ou capacitações cuja atuação do professor resume-se a apreender novas técnicas, aqui procurou-se privilegiar os saberes por eles já consolidados utilizando como norteadora a teoria do pedagogo estadunidense Donald Schön denominada “Homologia dos Processos”. Trata-se de, em sua formação, o professor ser estimulado a problematizar e desenvolver estratégias que serão aplicadas com os discentes em sala de aula. Contudo, a autonomia não é apenas estimulada, mas vivenciada de forma que a nova competência seja incorporada ao repertório de cada professor da maneira que ele pretende que eu aluno também a incorpore.

Nessa perspectiva, a capacitação ora proposta para os professores resultou na construção de um arcabouço de vivências docentes, lembranças de atividades que funcionam, aulas que foram percebidas como extraordinárias, se opondo frontalmente àquelas noções onde o professor é um mero transmissor de conhecimento. São técnicas de ensino e aprendizagem variadas coletadas a partir dessas experiências sensoriais que agora se encontram sistematizadas e compartilhadas para consulta e permitem aos professores que desejam conhecer novas formas pedagógicas de atuar, um conjunto de informações preciosas que privilegiam a gestão compartilhada da sala de aula.

Cada professor pode explorar na sua memória docente aquelas técnicas que possibilitam uma participação ativa dos seus alunos no processo decisório, na organização dos conteúdos na construção de um saber responsável e coerente. Isso contribui ainda para o desenvolvimento de uma didática do ensino superior alinhada aos objetivos institucionais, ao perfil do egresso e ao dinamismo necessário preconizado pela andragogia.


O conteúdo deste livro é o resultado dessa dinâmica. Os professores foram convidados a registrar e compartilhar essas vivências de forma que cada uma das técnicas aqui descritas constituíssem um capítulo deste manuscrito. Portanto, é uma obra que nasce da necessidade crescente de multiplicar saberes e ressignificar conhecimentos a partir do olhar atento dos próprios percursos, permitindo uma leitura realista, mas, ao mesmo tempo, orientada pelo reconhecimento da sua trajetória no ato de ensinar e de aprender.


Assim sendo, este livro oferece uma variedade de possibilidades pedagógicas para se trabalhar diferentes conteúdos, com disciplinas diversas, possibilitando ainda, recortes e adaptações à realidade do leitor, bem como, aconselhamentos que podem se constituir em importantes *insights* e novas formas de exercer a atividade docente no ensino superior mediada pelo relato de experiências de docentes com vasta e consagrada jornada acadêmica. Apresenta-se, pois, um amplo conjunto de técnicas de ensino/aprendizagem com diferentes posicionamentos contudo, que emergem de uma base comum: a intenção de proporcionar a construção do conhecimento de forma intencional, porém com a participação ativa e consciente dos alunos.

O livro está estruturado em capítulos que proporcionam ao leitor consultar e realizar seus estudos de acordo com sua necessidade atual, pois as técnicas são independentes e podem ser acessadas sem uma ordem predeterminada. Cada técnica fornece informações sobre como aplicar cada etapa, momento adequado da aula para melhores resultados e objetivo a que se destina alcançar.

Desejamos a todos e todas ótima leitura e bom proveito dessa obra que vem marcada pela conscientização da importância da melhoria da qualidade do ensino superior por meio do reconhecimento do papel do professor na proposta de uma aula orientada para o protagonismo discente.

**Simone Dias Souza Doscher da Fonseca<sup>1</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0001-9373-561X>

 <http://lattes.cnpq.br/63136794567620935>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [simonedoscher@gmail.com](mailto:simonedoscher@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Psicóloga clínica e educacional. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia. Professora de Psicologia Jurídica, Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida e Negociação.

## Sumário

<b>Elaboração de apresentação de possíveis soluções jurídicas para determinada situação fática hipotética colocada para discussão.....</b>	<b>12</b>
<i>Noemia Aparecida Garcia Porto</i>	
<b>Formação de grupo verbalizador (GV) e grupo observador (GO) como metodologia ativa da disciplina de Contabilidade Societária.....</b>	<b>14</b>
<i>João Carlos Gonçalves</i>	
<i>Victor Rabelo Brito</i>	
<i>Juliano Vieira Alves</i>	
<b>Interpretação da análise fundamentalista feita por outras pessoas para decisão sobre investimentos no mercado de capitais .....</b>	<b>17</b>
<i>Victor Rabelo Brito</i>	
<i>João Carlos Gonçalves</i>	
<i>Juliano Vieira Alves</i>	
<b>A Gamificação Aplicada à Resolução de Questões na Disciplina de Direito do Trabalho .....</b>	<b>19</b>
<i>Fernanda da Rocha Teixeira</i>	
<i>Thiago Reis Biacchi</i>	
<b>Sustentação Oral Simulada como Metodologia Ativa na Disciplina de Direito Processual Civil III (Recursos).....</b>	<b>22</b>
<i>Thiago Reis Biacchi</i>	
<i>Sérgio Roberto Roncador</i>	
<i>Fernanda da Rocha Teixeira</i>	
<b>Análise crítica de jurisprudência .....</b>	<b>25</b>
<i>Sérgio Roberto Roncador</i>	
<i>Thiago Reis Biacchi</i>	
<i>Fernanda da Rocha Teixeira</i>	
<b>Construção de petições iniciais a partir de relatos de fatos do cotidiano na disciplina Processo Civil .....</b>	<b>28</b>
<i>Adalberto Nogueira Aleixo</i>	
<i>Alberto Carvalho Amaral</i>	
<i>Wagno Antônio de Souza</i>	
<b>Questionários eletrônicos instantâneos para a compreensão de temas como metodologia ativa da disciplina Direito Penal .....</b>	<b>30</b>
<i>Adalberto Nogueira Aleixo</i>	
<i>Alberto Carvalho Amaral</i>	
<i>Wagno Antônio de Souza</i>	



<b>Fixação do Conteúdo Programático por Meio de Resoluções de Questões de Direito Processual Penal .....</b>	<b>33</b>
<i>Adalberto Nogueira Aleixo</i>	
<i>Alberto Carvalho Amaral</i>	
<i>Wagno Antônio de Souza</i>	
<b>Elaboração de questionários online para conhecimento da jurisprudência dos tribunais, através do Google Forms .....</b>	<b>35</b>
<i>Paulo Gustavo Barbosa Caldas</i>	
<i>Odair José Torres de Araújo</i>	
<b>Inversão da relação professor-aluno .....</b>	<b>38</b>
<i>Leandro Lara Moreira</i>	
<i>Sandro Luis Costa Pina</i>	
<i>José Bonifácio de Araújo Júnior</i>	
<b>Memorial ou Retrospectiva pessoal: O uso da técnica “Memorial” para desbloquear a escrita dos alunos da disciplina Língua Portuguesa .....</b>	<b>41</b>
<i>Sandro Luis Costa Pina</i>	
<b>A sala de aula invertida como metodologia ativa aplicável à disciplina Direito do Trabalho I.....</b>	<b>44</b>
<i>Lourivânia de Lacerda Castro</i>	
<i>Luis Claudio Pereira da Silva</i>	
<i>Olívia Danielle Mendes de Oliveira</i>	
<b>Elaboração de resenhas das obras da bibliografia como metodologia ativa da disciplina psicologia jurídica .....</b>	<b>46</b>
<i>Odair José Torres de Araújo</i>	
<i>Cecília Barbosa Macedo Correia</i>	
<i>Paulo Gustavo Barbosa Caldas</i>	
<b>A prática do procedimento licitatório: simulação de um pregão em sala de aula ...</b>	<b>49</b>
<i>Mauro Sérgio dos Santos</i>	
<b>Prática de metodologia ativa aplica à disciplina de Administração de Materiais e Logística .....</b>	<b>53</b>
<i>Silvana Maria Barbosa da Silva Costa</i>	
<i>Marcelo Gonçalves do Valle</i>	
<i>Maria Aparecida de Assunção</i>	
<b>Método do caso como ferramenta pedagógica, da disciplina Fundamentos de Administração e Gestão Estratégica e Mercadológica .....</b>	<b>56</b>
<i>Maria Aparecida de Assunção</i>	
<i>Silvana Maria Barbosa da Silva Costa</i>	
<i>Marcelo Gonçalves do Valle</i>	

**Informação assimétrica aplicada à disciplina Economia ou Administração: um exemplo do uso da técnica de metodologia ativa..... 61**

*Marcelo Gonçalves do Valle  
Maria Aparecida de Assunção  
Silvana Maria Barbosa da Silva Costa*

**Pesquisa de jurisprudência nos tribunais brasileiros: experiências nas turmas de Prática Jurídica III (Cível) no Centro Universitário Processus – UniProcessus..... 65**

*Arthur Henrique de Pontes Regis  
Juliana Porto Vieira Ramos*

**A simulação de casos reais de processos de competência do Tribunal do Júri como metodologia ativa aplicada à disciplina de Prática Jurídica Penal ..... 68**

*Lourivânia de Lacerda Castro  
Luís Claudio Pereira da Silva  
Olívia Danielle Mendes de Oliveira*

**Pesquisa Acadêmica como prática de metodologia ativa na disciplina Introdução ao Estudo do Direito ..... 71**

*Lourivânia de Lacerda Castro  
Luís Claudio Pereira da Silva  
Olívia Danielle Mendes de Oliveira*

**A aplicabilidade do *Problem Based Learning* à Ciência Jurídica..... 73**

*Gabriela Nunes  
Luís Roberto Cavalieri Duarte  
Ana Carolina Borges de Oliveira*

**Prática pedagógica dialógica aplicada a disciplinas jurídicas..... 76**

*Francielle Vieira Oliveira  
Maurício Ricardo Anjo Teixeira Pires  
Gianpaolo Machado Lage de Melo*

**O direito penal em sala e as práticas de ensino face a realidade fática dos altos índices de criminalidade no Brasil ..... 79**

*Maurício Ricardo Anjo Teixeira Pires  
Gianpaolo Machado Lage de Melo  
Francielle Vieira Oliveira*

**Elaboração de Petições/Recursos em face de estudos de casos concretos visando a aprovação na segunda fase da prova da OAB em Direito Tributário ..... 82**

*Gianpaolo Machado Lage de Melo  
Maurício Ricardo Anjo Teixeira Pires  
Francielle Vieira Oliveira*

<b>Pesquisa Acadêmica surpresa – einsicht - aplicada à disciplina de Direito Civil – Contratos .....</b>	<b>85</b>
<i>Ana Carolina Borges de Oliveira</i>	
<i>Gabriela Nunes</i>	
<i>Luís Roberto Cavalieri Duarte</i>	
<b>Elaboração de Resenhas como Metodologia Ativa de Aprendizagem da disciplina Filosofia Geral e Jurídica .....</b>	<b>88</b>
<i>Jonas Rodrigo Gonçalves</i>	
<i>Danilo da Costa</i>	
<i>Alessandro Aveni</i>	
<b>Seminários Jurídicos - Aplicabilidade da Sala de Aula Invertida – Flipped Classroom – no Âmbito Acadêmico do Direito .....</b>	<b>91</b>
<i>Luís Roberto Cavalieri Duarte</i>	
<i>Gabriela Nunes</i>	
<i>Ana Carolina Borges de Oliveira</i>	
<b>Elaboração de Resumos Estendidos como Metodologia Ativa de Aprendizagem da disciplina Psicologia Jurídica .....</b>	<b>94</b>
<i>Jonas Rodrigo Gonçalves</i>	
<i>Danilo da Costa</i>	
<i>Lúcio Carlos de Pinho Filho</i>	
<b>Elaboração das principais peças jurídicas trabalhistas .....</b>	<b>97</b>
<i>Manoel Veras Nascimento</i>	
<b>Do dia a dia para a sala de aula: um debate do Direito acerca de crimes ocorridos na sociedade.....</b>	<b>100</b>
<i>Juliana Porto Vieira Ramos</i>	
<i>Arthur Henrique de Pontes Regis</i>	
<b>Revisão de conteúdos elegíveis à avaliação bimestral por meio da problematização da realidade na disciplina psicologia organizacional.....</b>	<b>103</b>
<i>Simone Dias Souza Doscher da Fonseca</i>	
<i>Jonas Rodrigo Gonçalves</i>	
<i>Maria Aparecida de Assunção</i>	
<b>“Momento fofoca” da disciplina Direito Internacional Público como estratégia de participação ativa dos alunos .....</b>	<b>106</b>
<i>Fabiana Figueiredo Felício dos Santos Santiago</i>	
<i>Simone Dias Souza Doscher da Fonseca</i>	
<b>Elaboração de Artigo de Revisão de Literatura como Metodologia Ativa de Aprendizagem .....</b>	<b>110</b>
<i>Jonas Rodrigo Gonçalves</i>	
<i>Maria Aparecida de Assunção</i>	
<i>Simone Dias Souza Doscher da Fonseca</i>	

## Capítulo I

# Elaboração de apresentação de possíveis soluções jurídicas para determinada situação fática hipotética colocada para discussão

**Noemia Aparecida Garcia Porto<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1062-9078>

<http://lattes.cnpq.br/6170026823767166>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: noemiagarcia.porto@gmail.com

---

<sup>2</sup> Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB (2015); mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB (2010); e especialista em Direito Constitucional pela mesma universidade (2003). Juíza do trabalho desde março de 1998 (TRT da 10ª Região), coordenadores do grupo de pesquisa "Direito do Trabalho e Processo do Trabalho" (IDP).

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pela autora.

### **Objetivos**

O(a) aluno(a) deverá ser capaz de identificar os aspectos relevantes da situação fática apresentada e, a partir disso, discutir os temas jurídicos que são importantes para a solução possível, considerando solução possível aquela constitucionalmente adequada.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

A técnica é adequada para ocupar uma aula inteira. A situação fática é disponibilizada com antecedência para estudo. Durante a aula, haverá apresentação do caso e discussão sobre as questões jurídicas.

### **Tempo médio de aplicação**

Em geral, a apresentação, discussão com o coletivo da sala de aula, apresentação de conclusões e mediação final da professora demanda em torno de 2 horas.

### **Recursos necessários**

Power point para exibição da situação fática por todos e, ainda, para que a apresentação das soluções possa ser acompanhada pelos demais, além de quadro branco para a construção, no final, das principais conclusões.

### **Passo a passo**

Com antecedência, são elaboradas situações-problema e disponibilizadas, via sistema, para a análise dos alunos, que atuarão em grupo. Nas datas pré-definidas, cada grupo apresentará para todo o coletivo da sala de aula o caso e os debates jurídicos que ele suscita. Após, os demais alunos participam tirando dúvidas e colocando outras alternativas. A professora, então, sistematiza o problema e as soluções encontradas, reorientando o tema de forma a conseguir trazer jurisprudência, legislação e doutrina que sejam pertinentes para ampliar os horizontes dos alunos.

### **Recomendações**

Construir as situações-problemas de forma a congregar elementos atuais do debate naquele campo de conhecimento. Quanto mais atuais os casos, maior interesse despertará nos alunos. Os casos, que são verdadeiras situações hipotéticas, devem congrega diversos elementos, a fim de desafiar os alunos a uma compreensão mais estrutural do direito vigente.

### **Competências acionadas nos alunos**

Os alunos podem desenvolver capacidade analítica e habilidade para identificar, num caso com muitos detalhes, o que é essencial reter e apreciar.

## Capítulo II

# Formação de grupo verbalizador (GV) e grupo observador (GO) como metodologia ativa da disciplina de Contabilidade Societária

### João Carlos Gonçalves<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5167-8135>  
<http://lattes.cnpq.br/9535681858709853>  
Universidade de Brasília, UnB, Brasil  
E-mail: joca.goncalves@yahoo.com.br

### Victor Rabelo Brito<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4320-5255>  
<http://lattes.cnpq.br/8393230382407958>  
Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: victor.brito@institutoprocessus.com.br

### Juliano Vieira Alves<sup>5</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2414-8638>  
<http://lattes.cnpq.br/6788441290040407>  
Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: granbeju@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências Contábeis pela UnB -DF, possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela UNISANTOS -FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS DE SANTOS (1985). Atualmente é consultor empresarial e professor do Centro Universitário UniProcessus, no DF, com MBA em Gestão de Empresas, cursado no INPG em 2003

<sup>4</sup> Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará (2000). Pós-graduado em gestão financeira pela Universidade de Fortaleza (2002). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2007). Foi professor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), da FAECE/FAFOR, das Faculdades Cearenses (FaC), do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste (UNIDESOC). Foi Professor do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB), de fevereiro de 2011 até julho de 2015. Em julho de 2015 contratado como Professor da Faculdade Processus. Em abril de 2022, a então Faculdade Processus passou à condição de Centro Universitário: UniProcessus.

<sup>5</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1999), bacharel em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (2005), bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000), mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (2003), especialista em Direito Processual Civil pelo UNICEUB (2010). Atualmente é servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, professor no Instituto Avançado de Direito? IAD; no CPIURIS; na Escola de Administração Judiciária? Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro do TJDF; Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios - Amagis-DF e Faculdade Unieuro.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Introduzir o assunto a ser estudado, buscando saber se o discente traz a leitura prévia do memo.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Essa técnica deve ser aplicada no início da aula.

### **Tempo médio de aplicação**

30 minutos, em 2 intervalos de 15 minutos.

### **Recursos necessários**

Leitura prévia do assunto a ser estudado, papel, caneta.

### **Passo a passo**

O GV fala sobre o assunto a ser estudado e o GO somente escuta, observa, por intervalo temporal de 15 minutos, fazendo suas anotações escritas ou mentais. Depois troca-se GO pelo GV, por mais 15 minutos e o docente somente manifesta-se ao término das falas.

### **Referências**

Alberti, T. F., Abegg, I., Costa, M. R. J., & Tilton, M. (2014). Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 95(240).

Anastasiou, L. D. G. C., & Alves, L. P. (2004). Estratégias de ensinagem. *Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*, 3, 67-100.

Bunier, S., & Reis, C. P. (2005). Dinamizar suas aulas diversificando as técnicas de ensino. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Diesel, A., Baldez, A. L. S., & Martins, S. N. (2017). Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, 14(1), 268-288.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, 5(61), 16-17.

Lopes, A. O. (1999). Aula expositiva: superando o tradicional. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). *Técnicas de ensino: por que não?* 8.ed. Campinas: Papirus, 35-48.

Patrício, M. C. M., Silva, V. M. A., & Melo Filho, A. A. (2012). A Radioatividade e suas utilidades. UERJ, Revista Polêm!ca, 11(2), 252-260.

Petrucci, V. B. C., Batiston, R. Reis. (2006). Estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem em contabilidade. In: MELO, Fábio Thomaz. As estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem: concepções de alunos e professores de educação física. Revista Internacional de Educação Superior. Campinas, SP, 4(2), 438-455, maio/ago.

Utiyama, J., Luppi, M. A. R. (2013). Estratégias de ensino: A docência no curso de Educação Física. II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa do DEMAD, 519-522.



## Capítulo III

# Interpretação da análise fundamentalista feita por outras pessoas para decisão sobre investimentos no mercado de capitais

**Victor Rabelo Brito<sup>6</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-4320-5255>

<http://lattes.cnpq.br/8393230382407958>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: victor.brito@institutoprocessus.com.br

**João Carlos Gonçalves<sup>7</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-5167-8135>

<http://lattes.cnpq.br/9535681858709853>

Universidade de Brasília, UnB, Brasil

E-mail: joca.goncalves@yahoo.com.br

**Juliano Vieira Alves<sup>8</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-2414-8638>

<http://lattes.cnpq.br/6788441290040407>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: granbeju@gmail.com

---

<sup>6</sup> Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará (2000). Pós-graduado em gestão financeira pela Universidade de Fortaleza (2002). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2007). Foi professor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), da FAECE/FAFOR, das Faculdades Cearenses (FaC), do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste (UNIDESC). Foi Professor do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB), de fevereiro de 2011 até julho de 2015. Em julho de 2015 contratado como Professor da Faculdade Processus. Em abril de 2022, a então Faculdade Processus passou à condição de Centro Universitário: UniProcessus.

<sup>7</sup> Mestrando em Ciências Contábeis pela UnB -DF, possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela UNISANTOS -FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS DE SANTOS (1985). Atualmente é consultor empresarial e professor do Centro Universitário UniProcessus, no DF, com MBA em Gestão de Empresas, cursado no INPG em 2003

<sup>8</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1999), bacharel em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (2005), bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000), mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (2003), especialista em Direito Processual Civil pelo UNICEUB (2010). Atualmente é servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, professor no Instituto Avançado de Direito ? IAD, no CPIURIS; na Escola de Administração Judiciária ? Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro do TJDF; Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios - Amagis-DF e Faculdade Unieuro.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

No final da aula, pois os alunos precisam de tempo para concluir a análise fundamentalista da(s) firma(s).

### **Tempo médio de aplicação**

De 20 a 30 minutos.

### **Recursos necessários**

Algum dispositivo eletrônico, como, computador, *tablet* ou mesmo celular.

### **Passo a passo**

Os alunos analisam os fundamentos das empresas tomando por base demonstrativos contábeis, como, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Valor Adicionado (DVA), Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A partir desses demonstrativos, os alunos recomendam a compra, a venda, ou simplesmente a manutenção das ações de uma companhia, e os demais alunos dirão se concordam com a análise e que decisão será tomada.

### **Recomendações**

Solicitar explicação da análise por parte do grupo analista e justificativa das ações tomadas pelo grupo decisor.

### **Competências acionadas nos alunos**

Realização prática da ação fundamentalista.

### **Referências**

Livros que tratam da Análise Fundamentalista.

Análise fundamentalista / Jose Kobori. - Rio de Janeiro: Alta Books, 208 p.; il.; 17cm x 24cm. 2018.

Pinheiro, Juliano Lima. Mercado de capitais / Juliano Lima Pinheiro. – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

## Capítulo IV

# A Gamificação Aplicada à Resolução de Questões na Disciplina de Direito do Trabalho.

**Fernanda da Rocha Teixeira<sup>9</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-6282-5492>

<http://lattes.cnpq.br/1004591721671110>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [advocaciafernandarocha@gmail.com](mailto:advocaciafernandarocha@gmail.com)

**Thiago Reis Bicchi<sup>10</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-0051-316X>

<http://lattes.cnpq.br/4294252201642182>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [thiagobicchi@biacchiadvocacia.com](mailto:thiagobicchi@biacchiadvocacia.com)

---

<sup>9</sup> Mestre em Direito das Relações Sociais do Trabalho, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Pós-Graduada em Direito Previdenciário e Direito Constitucional. Integrante do Grupo de Pesquisa (UnB-CNPq) Trabalho, Constituição e Cidadania. Integrante do Grupo de Pesquisa (UDF) Direito das Relações Sociais do Trabalho. Professora de Direito do Trabalho, Direito do consumidor, Processo Civil, Direito Civil e Processo do Trabalho.

<sup>10</sup> Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2010) e em Letras - PBSL pela Universidade de Brasília (2010), mestre em Teoria e Análise Linguística pela Universidade de Brasília (2013) e Especialista em Direito Público pelo UniProcessus (2015).

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

## **Objetivos**

Utilizar a *gamificação* para engajar os alunos na resolução de questões.

A *gamificação* é utilizada por diversos sistemas com o intuito de engajar e manter os usuários utilizando os sistemas pelo maior tempo possível. A competitividade acaba por, de forma descontraída, incentivar os alunos emocionalmente a responderem questões com o intuito de vencer a disputa. A motivação para além do aprendizado propriamente dito ativa diversas competências e facilita a retenção do conteúdo.

## **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Após a apresentação do conteúdo com abordagem multifacetada de forma transversal, abordando como a doutrina e jurisprudência tratam a temática. Recomenda-se enfatizar os pontos mais cobrados nos concursos públicos, exames da OAB e ENADE.

## **Tempo médio de aplicação**

Em geral, na semana seguinte à apresentação do conteúdo, iniciamos a aula com a aplicação da metodologia a fim de realizar a devida revisão do conteúdo. Leva-se, em média, 1 hora da aula para a aplicação.

## **Recursos necessários**

Projeter, aplicativo de sorteio e fichas com as letras “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

## **Passo a passo**

No início do semestre letivo divida os alunos em grupos ou peça para que eles se dividam da forma que melhor entenderem. Recomenda-se que o grupo tenha no máximo 5 alunos para facilitar o debate. Esclareça aos alunos que eles seguirão com esse grupo até o final do bimestre. Projete uma questão de nível difícil sem identificação da fonte, a priori, para evitar a consulta pela internet.

Conceda 10 minutos aos grupos para que pesquisem a fundamentação jurídica e indiquem o gabarito. Sorteie o grupo que irá responder à pergunta, caso ele acerte o gabarito com a devida fundamentação, o grupo pontua, caso erre, será registrado 1,0 ponto negativo e caso se abstenha, não haverá nenhum registro, passando-se ao sorteio de um novo grupo. A cada semana atualize o ranking dos grupos.

Na semana final, o grupo que estiver em 1º lugar receberá 1,5 ponto extra, o grupo que estiver em 2º, 1,0 extra, o grupo que estiver em terceiro, 0,5 ponto extra e assim sucessivamente.

### **Recomendações**

Utilize questões de nível difícil para que os alunos pesquisem, debatam. Também é possível utilizar casos práticos de solução controversa, já decididos por precedente obrigatório ou vinculante pelos Tribunais Superiores. Pode-se alternar o formato das questões a depender da temática.

### **Competências acionadas nos alunos**

Para Busarello (2016) a gamificação auxilia os alunos a adquirirem habilidades e conhecimento de forma rápida e eficaz, além de favorecer o aprendizado de conhecimentos e sistemas complexos, além de aumentar a motivação dos alunos. A metodologia torna o momento de resolução de questões mais descontraído e efetivo, já que a gana por vencer, faz com que os alunos pesquisem e debatam sobre os casos e questões apresentados.

### **Referências**

BUSARELLO, Raul Inácio. Gamification: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 20.

## Capítulo V

# Sustentação Oral Simulada como Metodologia Ativa na Disciplina de Direito Processual Civil III (Recursos)

### Thiago Reis Biacchi<sup>11</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0051-316X>

<http://lattes.cnpq.br/4294252201642182>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: thiagobiacchi@biacchiadvocacia.com

### Sérgio Roberto Roncador<sup>12</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-4878-7116>

<http://lattes.cnpq.br/6319089886935726>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: roncador@uol.com.br

### Fernanda da Rocha Teixeira<sup>13</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6282-5492>

<http://lattes.cnpq.br/1004591721671110>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: advocaciafernandarocha@gmail.com

---

<sup>11</sup> Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2010) e em Letras - PBSL pela Universidade de Brasília (2010), mestre em Teoria e Análise Linguística pela Universidade de Brasília (2013) e Especialista em Direito Público pelo UniProcessus (2015).

<sup>12</sup> Possui graduação em História pela Universidade de Brasília (1990), Bacharel em Direito pelo CEUB (1993) e graduando em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2022). Mestre em Direito Civil pela Universidade Católica de Brasília (2014), Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade de Brasília (1995) e Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília (2007).

<sup>13</sup> Mestre em Direito das Relações Sociais do Trabalho, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Pós-Graduada em Direito Previdenciário e Direito Constitucional. Integrante do Grupo de Pesquisa (UnB-CNPq) Trabalho, Constituição e Cidadania. Integrante do Grupo de Pesquisa (UDF) Direito das Relações Sociais do Trabalho. Professora de Direito do Trabalho, Direito do consumidor, Processo Civil, Direito Civil e Processo do Trabalho.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

A aplicação da metodologia tem por objetivo a participação efetiva dos discentes em uma prática efetiva ocorrida nos Tribunais para que identifiquem o regramento específico (requisitos legais) para a realização da atividade de advocacia perante a segunda instância com caracterização da união entre o conhecimento específico da peça processual recursal e a demonstração de síntese simulando a prática.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

A metodologia deve ser aplicada em uma aula integral, desde que esteja situada no segundo bimestre do semestre letivo, momento em que os alunos já conhecem os requisitos básicos dos recursos em espécie.

### **Tempo médio de aplicação**

A aplicação da metodologia tem 3 horas, sendo dedicados 10 minutos para cada um dos discentes com a atividade prática.

### **Recursos necessários**

É desejável que a atividade prática se desenvolva com o apoio do plenário do NPJ (local em que há mobiliário de sala de audiências reversível em Tribunal simulado).

Contudo, é possível que seja realizada a atividade em sala de aula convencional.

### **Passo a passo**

Considerando o conhecimento adquirido pelos alunos sobre os recursos em espécie, é solicitado a eles que elaborem um recurso de apelação ou um agravo de instrumento contra negativa de tutela de urgência. Em geral, é fornecido um caso concreto para cada um dos recursos e que ambos sejam respondidos por todos os alunos.

Após a elaboração do recurso por parte dos alunos, em uma nova aula, cada um é instado a sustentar oralmente seu recurso, passando por três passos: (i) cumprimentar os presentes; (ii) sintetizar as razões recursais; (iii) apresentar o requerimento com o pedido recursal específico.

Durante a fala do discente que poderá variar entre 10 a 15 minutos, considerando 15 minutos o tempo legal para a sustentação oral prevista no Código de Processo Civil, serão avaliados os seguintes aspectos: (i) capacidade de síntese e clareza da exposição; (ii) boa dicção do aluno; (iii) atendimento aos requisitos da proposta com o atendimento ao que foi solicitado.

Após a fala de cada um dos alunos, o professor deve dar retorno sobre a sustentação, pontuando o que percebeu de positivo e o que pode ser melhorado, como forma de fazer com que os demais discentes construam sua sustentação observando estes pontos.

Após a finalização de todos os inscritos, é recomendável que o docente realize uma sustentação oral de cada um dos casos para demonstrar aos alunos o que era esperado na atividade e servir como referência.

### **Recomendações**

É recomendável que a simulação se assemelhe ao máximo possível com a realidade prática, por isso, podem ser utilizadas becas, mobiliário de sala de sessão e microfone.

### **Competências acionadas nos alunos**

Serão adicionadas aos alunos a competência comunicativa (oralidade), capacidade de síntese e método indutivo de dissertação.

### **Referências**

DEBALD, Blasius. **Metodologias Ativas no Ensino Superior: O Protagonismo do Aluno**. Porto Alegre-RS: Editora Penso, 2020. ISBN-13 978-6581334017.

SOARES, Cristiane. **Metodologias Ativas: Uma Nova Experiência de Aprendizagem**. São Paulo: Ed Cortez, 2021. ISBN-13 978-6555550405.



## Capítulo VI

### Análise crítica de jurisprudência

#### Sérgio Roberto Roncador<sup>14</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-4878-7116>

<http://lattes.cnpq.br/6319089886935726>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: roncador@uol.com.br

#### Thiago Reis Bicchi<sup>15</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0051-316X>

<http://lattes.cnpq.br/4294252201642182>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: thiagobicchi@biacchiadvocacia.com

#### Fernanda da Rocha Teixeira<sup>16</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6282-5492>

<http://lattes.cnpq.br/1004591721671110>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: advocaciafernandarocha@gmail.com

---

<sup>14</sup> Possui graduação em História pela Universidade de Brasília (1990), Bacharel em Direito pelo CEUB (1993) e graduando em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2022). Mestre em Direito Civil pela Universidade Católica de Brasília (2014), Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade de Brasília (1995) e Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília (2007).

<sup>15</sup> Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2010) e em Letras - PBSL pela Universidade de Brasília (2010), mestre em Teoria e Análise Linguística pela Universidade de Brasília (2013) e Especialista em Direito Público pelo UniProcessus (2015).

<sup>16</sup> Mestre em Direito das Relações Sociais do Trabalho, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Pós-Graduada em Direito Previdenciário e Direito Constitucional. Integrante do Grupo de Pesquisa (UnB-CNPq) Trabalho, Constituição e Cidadania. Integrante do Grupo de Pesquisa (UDF) Direito das Relações Sociais do Trabalho. Professora de Direito do Trabalho, Direito do consumidor, Processo Civil, Direito Civil e Processo do Trabalho.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

A presente metodologia visa desenvolver a capacidade de analisar textos jurídicos, no caso a análise de jurisprudências, por meio da leitura e compreensão destes textos, desenvolvendo as habilidades de sintetizar e interpretar os textos jurisprudenciais.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O momento que se entende mais adequado à prática dessa metodologia, ou pelo menos o momento que tem sido utilizado de maneira mais recorrente e que tem se mostrado o mais satisfatório, dá-se desde o início da aula.

### **Tempo médio de aplicação**

O tempo médio de duração dessa metodologia é o tempo de uma aula normal, ou seja, em torno de 03 horas de duração.

Raramente existe a necessidade de utilização de mais de uma aula para a finalização dessa atividade, muito embora já tenha ocorrido essa hipótese.

O mais comum, todavia, é que a atividade possa ser encerrada dentro do período de uma aula normal, como já explicitado, dentro de 03 (três) horas de duração.

### **Recursos necessários**

Não há a necessidade de um material especial para o desenvolvimento da presente atividade metodológica, basicamente será necessário um aparelho com acesso à internet, podendo ser até, se o caso, um smartphone, ou computadores, ou laptops, enfim, aparelhos eletrônicos, com os quais os alunos(as) possam acessar o site do Tribunal e ter a possibilidade de leitura do material jurídico a ser analisado, no caso a jurisprudência selecionada.

Em resumo, pois, o mais essencial para o desenvolvimento da presente atividade é o acesso ao sinal de internet.

### **Passo a passo**

O **primeiro passo** para o desenvolvimento da presente atividade metodológica dá-se com a divisão da sala de aula em pequenos grupos, de no máximo 05 (cinco) alunos. É claro que esse número indicado, poderá sofrer alterações, conforme o número de alunos presentes em sala de aula, quando da realização da atividade.

Feita a divisão, tem-se o **segundo passo**, que seria a busca, por cada grupo, da jurisprudência, valendo-se, para tanto, dos parâmetros de busca, previamente selecionados pelo Professor(a) da disciplina.

Após a escolha do texto jurisprudencial adequado, no **terceiro passo**, o grupo deverá fazer a leitura completa do texto selecionado.

Feito isso, no **quarto passo**, cada grupo deverá produzir um texto, com o resumo dos fatos e das razões de decidir da jurisprudência analisada.

Finda a produção do texto síntese, no **quinto e último passo**, cada grupo deverá apresentar para toda a turma o texto produzido, com destaque para a percepção do caminho de construção cognitiva do ato decisório, utilizado pela decisão judicial, notadamente nos seus aspectos fáticos e jurídicos.

### **Recomendações**

Deve-se ficar sempre atento para que os grupos façam, efetivamente, a atividade programada. Evitando-se conversas paralelas e que acabam por provocar dispersão da atenção necessária.


Deve-se ficar atento para a chegada de alunos após o início das atividades, com a integração dos mesmos aos grupos já em andamento. Esse aspecto costuma criar uma quebra na produção do grupo.


O(a) Professor(a) deverá estar sempre atento e em contato com os grupos, ao longo da atividade, a fim de que os estudantes busquem alcançar os objetivos iniciais.

## Capítulo VII

### Construção de petições iniciais a partir de relatos de fatos do cotidiano na disciplina Processo Civil


#### **Adalberto Nogueira Aleixo<sup>17</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-5788-4754>

 <http://lattes.cnpq.br/2017221326796833>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: adalberto.aleixo@institutoprocessus.com.br


#### **Alberto Carvalho Amaral<sup>18</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-6117-865X>

 <http://lattes.cnpq.br/4335413036294656>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: prof.albertoamaral@gmail.com

#### **Wagno Antônio de Souza<sup>19</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-0725-9771>

 <http://lattes.cnpq.br/732068953368684>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: prof.wagnodesouza@gmail.com

---

<sup>17</sup> Professor de Direito Processual Civil. Especialista em Direito do Estado.

<sup>18</sup> Doutorando em Sociologia (UnB). Mestre em Direito (UniCEUB). Pesquisador visitante da University of Southern Denmark (SDU). Editor-chefe da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal. Professor da Escola da DPDF. Professor da UniProcessus e líder do PPIC "Defensoria Pública e Acesso à Justiça". Defensor Público do Distrito Federal.

<sup>19</sup> Especialista em Direito do Estado. Ex-Promotor de Justiça do Estado de Goiás. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Os alunos deverão ser capazes de, a partir de um relato de um fato ou fatos, construir uma argumentação, sustentando a existência de um direito material, e descrevendo uma pretensão a ser apresentada.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O momento mais adequado para a aplicação dessa metodologia é o início da aula que se pretende apresentar os requisitos de uma petição inicial.

### **Tempo médio de aplicação**

Cada exemplo pode ser desenvolvido em cerca de uma hora/aula.

### **Recursos necessários**

Quadro, computador e *data show*.

### **Passo a passo**

A partir de um relato de um ou alguns fatos do cotidiano descrito pelo professor, os alunos deverão ser instigados a, primeiramente, criar um relato escrito desse fato ou fatos que serão escritos e apresentados na tela.

Em seguida, com base no relato escrito, o professor poderá provocar uma discussão entre os alunos, buscando a construção de uma fundamentação jurídica que possa demonstrar a existência de algum direito material a ser protegido. A partir dessas discussões, o grupo de alunos irá construir por escrito a fundamentação.

Por fim, será colocado em discussão o que poderia ser apresentado como uma pretensão viável de ser requerida no texto que se está construindo.

### **Recomendações**

Na apresentação do caso, o professor deve tomar cuidado em não descrever juridicamente o caso e buscar informar o ocorrido da maneira mais simples possível. Além disso, é importante não induzir a construção de um texto juridicamente perfeito, em um primeiro momento. A adequação da peça será realizada como o arremate da aula.

## Capítulo VIII

# Questionários eletrônicos instantâneos para a compreensão de temas como metodologia ativa da disciplina Direito Penal

### **Adalberto Nogueira Aleixo<sup>20</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-5788-4754>

<http://lattes.cnpq.br/2017221326796833>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: adalberto.aleixo@institutoprocessus.com.br

### **Alberto Carvalho Amaral<sup>21</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-6117-865X>

<http://lattes.cnpq.br/4335413036294656>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: prof.albertoamaral@gmail.com

### **Wagno Antônio de Souza<sup>22</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-0725-9771>

<http://lattes.cnpq.br/732068953368684>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: prof.wagnodesouza@gmail.com

---

<sup>20</sup> Professor de Direito Processual Civil. Especialista em Direito do Estado.

<sup>21</sup> Doutorando em Sociologia (UnB). Mestre em Direito (UniCEUB). Pesquisador visitante da University of Southern Denmark (SDU). Editor-chefe da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal. Professor da Escola da DPDF. Professor da UniProcessus e líder do PPIC "Defensoria Pública e Acesso à Justiça". Defensor Público do Distrito Federal.

<sup>22</sup> Especialista em Direito do Estado. Ex-Promotor de Justiça do Estado de Goiás. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Aprimorar a compreensão de temas pelos (as) alunos(as) a partir da interação e análise das respostas assinaladas em questionários eletrônicos instantâneos.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O questionário eletrônico foi aplicado durante o início da aula, eis que, em face das respostas ministradas e de como a turma realizaria a interação com a plataforma, entre si e com o docente, definiria os rumos e temas a serem discutidos naquele turno.

### **Tempo médio de aplicação**

Ocupou cerca de 90 minutos da aula.

Porém, esse tempo pode ser modificado a depender da quantidade de itens a serem respondidos pelos alunos, e a dinâmica posterior implementada pelo professor.

### **Recursos necessários**

O docente precisa estar cadastrado na plataforma Mentimeter. Também é necessário que esteja disponível um computador, com projetor multimídia, na sala de aula, para projeção das interações instantâneas do sítio do Mentimeter, permitindo que os alunos consigam acompanhar, em tempo real, as respostas a cada tópico (enquete, pergunta ou questionários com respostas informadas). Os alunos, por sua vez, utilizarão celular ou computador com acesso à internet para acessar o endereço eletrônico disponibilizado pelo docente e, a partir dele, informar as respostas a cada interação solicitada.

### **Passo a passo**

Para a preparação, o docente deverá acessar e compreender o funcionamento da ferramenta Mentimeter<sup>23</sup>, sendo sugerido, inclusive, que crie e teste questionários experimentais anteriormente à realização da aula. Assim, ele estará apto para cadastrar perguntas, enquetes, respostas para disponibilizar aos (às) alunos(as).

No início da aula, o docente deverá acessar o sítio da plataforma, pelo computador que projetará as respostas, e disponibilizar para os alunos, com seus celulares ou computadores, acessem o endereço eletrônico e possam responder às enquetes, perguntas e questionários. Assim que todos estiverem logados, o docente poderá iniciar a utilização da ferramenta.

---

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.mentimeter.com/pt-BR>.

Após o término de todas as enquetes, perguntas e questionários, será o momento de avaliar, em conjunto com os discentes, quais foram os pontos mais relevantes daquele conjunto de interações,

### **Recomendações**

É relevante que a turma não seja muito pequena (menos de 5 alunos), pois a utilização do mecanismo talvez não tenha o mesmo efeito didático em turmas pequenas, além de não conseguir o mesmo engajamento pelos alunos.

Mostra-se necessário, também, que a sala de aula contenha o instrumental necessário, bem como sinal de internet que possibilite a alunos e docente acessarem a plataforma.

### **Competências acionadas nos alunos**

A metodologia ativa dos questionários eletrônicos instantâneos propiciou aprofundamento nas temáticas desenvolvidas em aula, bem como a verificação da captação dos alunos acerca daqueles temas, eis que, a partir das respostas aos questionamentos, foi possível verificar se compreendiam os temas ministrados durante as aulas anteriores, se estavam preparados adequadamente para as avaliações que seriam realizadas na semana posterior.


Foi um momento que permitiu um maior entrosamento entre os alunos, além de propiciar a solução de eventuais dúvidas e verificar se existem temas da disciplina a serem aprofundados.




## Capítulo IX

### Fixação do Conteúdo Programático por Meio de Resoluções de Questões de Direito Processual Penal

#### **Adalberto Nogueira Aleixo<sup>24</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-5788-4754>


 <http://lattes.cnpq.br/2017221326796833>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: adalberto.aleixo@institutoprocessus.com.br

#### **Alberto Carvalho Amaral<sup>25</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-6117-865X>


 <http://lattes.cnpq.br/4335413036294656>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: prof.albertoamaral@gmail.com

#### **Wagno Antônio de Souza<sup>26</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-0725-9771>

 <http://lattes.cnpq.br/732068953368684>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: prof.wagnodesouza@gmail.com

---

<sup>24</sup> Professor de Direito Processual Civil. Especialista em Direito do Estado.

<sup>25</sup> Doutorando em Sociologia (UnB). Mestre em Direito (UniCEUB). Pesquisador visitante da University of Southern Denmark (SDU). Editor-chefe da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal. Professor da Escola da DPDF. Professor da UniProcessus e líder do PPIC "Defensoria Pública e Acesso à Justiça". Defensor Público do Distrito Federal.

<sup>26</sup> Especialista em Direito do Estado. Ex-Promotor de Justiça do Estado de Goiás. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

A ideia central da iniciativa de resolver questões após o esgotamento do tema é propiciar ao aluno a oportunidade de reforçar o entendimento sobre o assunto estudado, além de vivenciar a forma como o conteúdo é abordado em questões de concursos públicos e nas provas da Instituição.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Essa iniciativa pedagógica não exige um momento ideal para a sua aplicação, podendo se dar a qualquer tempo. Entretanto, a estratégia que é utilizada com mais frequência é a resolução das questões logo após o encerramento do conteúdo.

### **Tempo médio de aplicação**

A dinâmica adotada requer a designação de ao menos 10 minutos para a sua realização a depender do grau de dificuldade das questões.

### **Recursos necessários**

A utilização dessa prática pedagógica se dá através do espelhamento das questões pelo Data Show para que os alunos as resolvam de imediato.

### **Passo a passo**

A iniciativa pedagógica em comento é de fácil aplicação, pois ao término do tema ministrado o professor espelha a questão pelo Data Show e concede um prazo para que os alunos a resolvam. Em seguida, o professor pede para que os alunos apontem a alternativa correta e façam os devidos comentários. Quando há grande discrepância sobre a alternativa indicada como correta, o professor então reforça a explicação sobre o conteúdo e a sua incidência na questão.

### **Recomendações**

A recomendação para os demais docentes que tenham interesse na utilização dessa técnica é que as questões abordadas sejam semelhantes àquelas utilizadas na elaboração das provas institucionais, pois isso induz os alunos a terem um maior engajamento no projeto.

## Capítulo X

### Elaboração de questionários online para conhecimento da jurisprudência dos tribunais, através do Google Forms

**Paulo Gustavo Barbosa Caldas**<sup>27</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6460-3607>

<http://lattes.cnpq.br/4583086137751059>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: caldasgustavo@gmail.com

**Odair José Torres de Araújo**<sup>28</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6460-3607>

<http://lattes.cnpq.br/4583086137751059>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: caldasgustavo@gmail.com

---

<sup>27</sup> Especialista em direito administrativo; Bacharel em direito.

<sup>28</sup> Mestre em sociologia; Bacharel em ciências sociais e em direito.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Os alunos devem aprender a consultar a base de dados de jurisprudência do TJDFT e do STJ, para conhecer os temas jurisprudenciais, de forma atualizada. Também poderão compreender os benefícios do estudo através das pesquisas prontas, desenvolvidas pelas secretarias de jurisprudência dos citados tribunais.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Os questionários, no modelo certo e errado, são disponibilizados ao término das unidades, com temas que tenham pertinência com o conteúdo da disciplina.

### **Tempo médio de aplicação**

O tempo médio de resolução é de aproximadamente 10 minutos, podendo ser mais longo, para os alunos mais aplicados que queiram explorar com mais profundidade as questões lançadas.

### **Recursos necessários**

Para participar da atividade o aluno precisa ter acesso à internet, sendo possível responder ao questionário pelo celular e pelo computador.

### **Passo a passo**

De início, são selecionadas as assertivas que integrarão o questionário, através dos produtos de jurisprudência do TJDFT (informativos e jurisprudência em temas) e do STJ (informativos, jurisprudência em teses e pesquisa pronta).

Na segunda etapa, as assertivas são alteradas, se forem tornadas falsas, ou literalmente mantidas, caso sejam utilizadas como verdadeiras.

Após a edição o conteúdo é inserido no Google Forms, com a opção para que o aluno receba a nota e o gabarito, assim que terminar as respostas.

Encerrada a aula correspondente ao tema selecionado, o link para o questionário pode ser disponibilizado no grupo de WhatsApp da disciplina e no portal da faculdade.

### **Recomendações**

É recomendável que todas as assertivas sejam lançadas com a justificativa dos gabaritos, com link para o tema, quando existente.

Essa medida é interessante, porque os alunos recebem um e-mail, com a respectiva nota e com as justificativas.

Também é interessante que o link para os questionários seja inserido em texto explicativo, ilustrado com imagens, notícias e outros elementos visuais, que o torne mais atrativo.

A disponibilização no final de semana mostrou bons resultados no semestre passado, possibilitando uma interação da turma para os temas que serão analisados durante a semana.

### Referências

- <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia>
- <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/informativos>
- <https://scon.stj.jus.br/SCON/jt/jt.jsp>
- [https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisa\\_pronta/tabs.jsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisa_pronta/tabs.jsp)
- <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/>

## Capítulo XI

### Inversão da relação professor-aluno

#### **Leandro Lara Moreira<sup>29</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1903-541X>

<http://lattes.cnpq.br/5973411886743073>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: eandro.moreira@institutoprocesso.com.br

#### **Sandro Luis Costa Pina<sup>30</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1484-6707>

<http://lattes.cnpq.br/0923017428675248>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: sandroenglish@gmail.com

#### **José Bonifácio de Araújo Júnior<sup>31</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-8096-5790>

<http://lattes.cnpq.br/9529180580062988>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: bonifacio@institutoprocesso.com.br

---

<sup>29</sup> Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Pós-graduado Lato Sensu em Direito, Estado e Constituição. Pós-graduado Lato Sensu em Direito Penal. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Euro-Americano. Professor de Direito Penal e Processual Penal no Uniprocesso e na Uniprocesso. Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Promotor Titular da 9ª Promotoria Criminal de Ceilândia

<sup>30</sup> Professor formado em Letras-Ingês pela Universidade Brasília em 1996, possui mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (2004).

<sup>31</sup> Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciado em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Atualmente é professor titular da Faculdade Processus.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Exigir nivelamento e aprofundamento do conteúdo dado no bimestre. Introduzir o aluno ao aperfeiçoamento no debate direto de questões relativas à incidência prática dos institutos jurídicos correlacionados. Exige debate público entre alunos e professor quando da apresentação e, por isso, é necessário estudo aprofundado do conteúdo para que se alcance o resultado pretendido.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Por se tratar de atividade trabalhosa e extensa, requer seja aplicada após a exposição da parte bimestral do conteúdo a ser ministrado. Fica a critério do professor restringir o conteúdo ao estritamente necessário para a confecção das questões.

### **Tempo médio de aplicação**

A atividade é voltada para todos os alunos individualmente e, por isso, a depender do número de alunos, poder-se-ia ocupar um turno ou dois do dia letivo. Interessante estipular um tempo, entre 3 a 5 minutos por aluno para expor sua resposta, sendo permitido interpelações de todos.

### **Recursos necessários**

Não há necessidade de impressões ou uso de tecnologias especiais. O material pode ser disponibilizado no blog utilizado pelos discentes.

### **Passo a passo**

No início do período letivo, quando se expõe o conteúdo a ser ministrado, delimitam-se quais os tópicos serão utilizados na atividade. Recomenda-se utilizar todos os tópicos constantes do plano de ensino para o bimestre.

O professor providencia, no mínimo, uma pergunta por aluno, todas relativas ao conteúdo ministrado. Necessário produzir perguntas que não reflitam a mera memorização, bem como dar preferências para questões que se utilize de respostas complexas, com utilização de diversas competências para a resolução, exigindo raciocínio jurídico, tais como para a resolução de casos reais da prática jurídica.

Por ser uma atividade individual, quando da entrega da atividade, previamente agendada, recolhe-se as respostas de todos.

Após, em sequência, cada aluno é convidado a responder uma pergunta do questionário, a critério do professor, de preferência, fora da ordem sequencial, para evitar que saibam qual será sua pergunta.

Pode ser franqueado, a critério do professor, acesso às respostas entregues pelo aluno, com redução da menção a ser atribuída.

A atividade tem por objetivo capacitar o aluno ao debate jurídico, posto que deve haver, no decorrer da resposta, complementações que se fizerem necessárias, debate sobre a correta interpretação do contexto fático ou sobre outro ponto de vista, a depender do que é demandado.

A problematização, o contraponto de teses e argumentos, aliado ao debate oral, demandam conhecimento e estudo, o que resulta em alto nível de aprendizado.

### **Recomendações**

Muitas metodologias não possuem rendimento satisfatório quando aplicadas à ciência jurídica. Por possuir ramos que se utilizam de muitas premissas (no sentido de que é necessário o conhecimento de muitas regras para posterior cotejo, valorações e incidência prática), a atividade, embora trabalhosa e cansativa, resulta em considerável grau de retenção do conteúdo. A exposição dos alunos, quando engajada, resulta no maior interesse pelos pares e, por certo, facilita a percepção e apreensão do que é exposto. Recomenda-se a confecção de número suficientes de perguntas, as quais devem tratar de aplicação subsuntiva da lei a casos concretos ou, no mínimo, conceitos imprescindíveis aos assuntos estudados.



## Capítulo XII

### Memorial ou Retrospectiva pessoal: O uso da técnica “Memorial” para desbloquear a escrita dos alunos da disciplina Língua Portuguesa.

**Sandro Luis Costa Pina**<sup>32</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1484-6707>

<http://lattes.cnpq.br/0923017428675248>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: sandroenglish@gmail.com

---

<sup>32</sup> Professor formado em Letras-Ingês pela Universidade Brasília em 1996, possui mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (2004).

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelo autor.

### **Objetivos**

Propor aos alunos um momento onde eles possam se libertar das amarras da escrita. A ideia é que eles escrevam sobre a própria vida escolar/pessoal sempre relacionado a questão educacional e desta forma eles serão os senhores do tema, escrevendo sobre si mesmos e sobre suas dificuldades e triunfos pessoais. Nesse tipo de redação será usada o tipo textual narração e o gênero textual autobiográfico. Essa técnica surpreende os alunos ao mostrar que eles conseguem escrever até mais do que as 30 linhas cobradas em uma dissertação de concurso público quando conhecem o tema a ser escrito que nesse caso é a sua própria história pessoal.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Essa técnica deve ser usada no final do primeiro encontro com os alunos pois mostrará uma nova forma de trabalhar a língua portuguesa pois ao final o texto deve ser recolhido pelo professor e deverão ser corrigidos os erros de português e a correção deverá ser retornada aos alunos já na aula subsequente.

### **Tempo médio de aplicação**

Essa técnica deverá ser aplicada em 1 hora.

### **Recursos necessários**

Formulário padrão de redação do CESPE.

### **Passo a passo**

A aula inicialmente deverá ser mostrar os critérios de correção em provas discursivas mostrando um resumo dos erros que mais retiram os pontos nas dissertações principalmente em:

- A. Estética
- B. Estrutura
- C. Conteúdo
- D. Estilística
- E. Gramática

Em segundo momento será explicado para os alunos que ele deverá escrever sobre a sua experiência educacional/ pessoal até chegar a UniProcessus e finalizar com uma perspectiva de futuro mostrando no texto o que ele pretende com o curso escolhido. Deve-se enfatizar que o aluno conte sua estória de vida pois ele é o personagem principal deste texto. Ele deve visitar o passado e imaginar como deverá ser o seu futuro.

**Recomendações**

Seja célere ao retornar as redações corrigidas de forma bem detalhada pois muitos mesmo durante o ensino médio não tiveram essa experiência de correção de redação por professores.

**Competências acionadas nos alunos**


Este tópico é opcional.


Caso queira, diga quais competências são acionadas nos alunos com a aplicação desta metodologia ativa ou prática pedagógica exitosa.

## Capítulo XIII

### A sala de aula invertida como metodologia ativa aplicável à disciplina Direito do Trabalho I

#### **Lourivânia de Lacerda Castro<sup>33</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>


 <http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocesso.com.br

#### **Luis Claudio Pereira da Silva<sup>34</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-8293-4725>


 <http://lattes.cnpq.br/9762761705066079>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: professorluisclaudio@gmail.com

#### **Olívia Danielle Mendes de Oliveira<sup>35</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0001-9433-3815>

 <http://lattes.cnpq.br/1245427302662701>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: olivia.mendes@institutoprocesso.com.br

---

<sup>33</sup> Mestre em Direito-LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

<sup>34</sup> Possui graduado em Direito pela Universidade Gama Filho? UGF (1998), Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Legislação Social pela Universidade Estácio de Sá? UNESA (2002) e Mestrado em Direito pela Universidade Iguazu (2006). Experiência na advocacia trabalhista desde 1998. No magistério superior, ministra as disciplinas de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Prática Profissional Trabalhista. Atual professor do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIPROCESSUS.

<sup>35</sup> Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2017), pós-graduada em Processo Civil e Recursos pela Faculdade Educacional da Lapa (2017), graduada em Direito pela Uni-Anhanguera Centro Universitário de Goiás (2005). Graduada em Formação Pedagógica em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio (2021)

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Os alunos deverão ser capazes de efetuar a leitura do material didático indicado; expor as dúvidas sobre o conteúdo objeto de leitura; aplicar o conhecimento adquirido para a resolução de questões de concursos, exames de ordem e dar solução adequada e fundamentada aos problemas simulados práticos e explicar aos demais colegas de classe sobre as soluções encontradas como respostas dos exercícios resolvidos.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Nos dois últimos tempos de aula, uma vez que os dois primeiros tempos de aula deverão ser reservados à etapa por meio da qual as dúvidas dos alunos em relação à leitura realizada devem ser sanadas.

### **Tempo médio de aplicação**

Os dois últimos tempos de aula.

### **Recursos necessários**

Quadro branco, data-show, pincel marcador e SEI (para disponibilização do material acadêmico para leitura prévia e dos exercícios).

### **Passo a passo**

Preparar previamente o material para leitura, que poderá ser próprio ou de terceiro (artigo da internet, livro, de preferência do acervo digital da biblioteca virtual da IES).

Disponibilizar o material ou a indicação do material por meio do SEI.

Escrever no quadro branco os títulos que estão no material e sanar as dúvidas de cada um deles.

Disponibilizar o material para a prática no SEI, durante a aula.

Avaliar, juntamente com os alunos, as respectivas respostas.

### **Recomendações**

O material didático não pode ser extenso.

As dúvidas dos alunos devem ser sanadas antes do início da resolução dos exercícios.

As questões devem seguir ordem de complexidade: das mais fáceis para as mais difíceis.

Pode-se fazer divisão da turma em grupos, para que os grupos participem, como julgadores, das respostas dos demais.

Pedir para que os alunos que solucionaram adequadamente expliquem aos demais como chegaram à resolução correta do exercício.

## Capítulo XIV

### Elaboração de resenhas das obras da bibliografia como metodologia ativa da disciplina psicologia jurídica

#### **Odair José Torres de Araújo**<sup>36</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5241-3814>

<http://lattes.cnpq.br/5898275000268923>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: odairjoseprofessor@gmail.com

#### **Cecília Barbosa Macedo Correia**<sup>37</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3664-7493>

<http://lattes.cnpq.br/8355780760268003>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: cbarbosamacedo@gmail.com

#### **Paulo Gustavo Barbosa Caldas**<sup>38</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6460-3607>

<http://lattes.cnpq.br/4583086137751059>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: caldasgustavo@gmail.com

---

<sup>36</sup> Mestre em Sociologia, Bacharel em Direito e em Ciências Sociais.

<sup>37</sup> Mestre em Direito Público, Bacharel em Direito.

<sup>38</sup> Especialista em Direito Administrativo, Bacharel em Direito.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Desenvolver a capacidade argumentativa.

Produzir argumentos estruturados conforme às teses que pretende defender.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O momento que mais utilizo para aplicação da técnica é no meio da aula, porque já houve tempo suficiente para apresentação da temática a ser explorada naquele dia e ainda é possível reservar tempo ao final da aula para uma avaliação da tarefa realizada.

### **Tempo médio de aplicação**

Em torno de 40 minutos.

### **Recursos necessários**

Os alunos se utilizam de computadores pessoais ou dos seus smartphones para pesquisa, além disso, são necessários papel e caneta para anotações dos diversos pontos explorados por cada expoente.

### **Passo a passo**

Na aula anterior eu faço a indicação bibliográfica que será usada como referência para exploração do conteúdo da atividade da aula seguinte.

No dia da aplicação da atividade, reservo em torno de uns 20 minutos para apresentação do tema e as principais controvérsias a ele relacionado. Posteriormente, divido a turma em grupos, preferencialmente formados por até 5 membros.

Reservo em torno de 20 minutos para que os grupos discutam o tema internamente, em seguida cada grupo apresenta suas conclusões para o restante da sala, momento em que é possível apresentar as divergências e percepções distintas acerca do tema.

Após a apresentação de cada grupo e dos debates realizados, reservo alguns minutos para avaliação da atividade, para que cada grupo possa indicar o que eventualmente acrescentou ao seu conhecimento, bem como a possibilidade de mudar de ideia ou mesmo reforçar suas teses.

### **Recomendações**

É fundamental que os estudantes estejam preparados para realização da atividade, ou seja, que pesquisem sobre o tema a ser explorado, por isso, na aula que precede a atividade, é recomendada a indicação de material bibliográfico e sites especializados a fim de que possam se preparar para realização da tarefa.

**Competências acionadas nos alunos**


Espera-se, que ao final da atividade, os estudantes tenham aprendidos a trabalhar em equipe; a ouvir as percepções e visões distintas, respeitando ideias e pensamentos diferentes dos seus. Espera-se, também, que sejam capazes de desenvolver a argumentação e o espírito crítico.




## Capítulo XVI

### A prática do procedimento licitatório: simulação de um pregão em sala de aula

**Mauro Sérgio dos Santos<sup>39</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-5007-2008>

 <http://lattes.cnpq.br/8722914313742421>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: professor.maurosergio@gmail.com

---

<sup>39</sup> Doutor em Direito Público pela Universidade de Coimbra, Portugal, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Especialista em Direito Público pelo ICAT/AEUDF. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União, Professor de Direito Administrativo no Centro Universitário Processus - UniProcessus (Brasília-DF) e autor de diversos artigos e livros jurídicos, com destaque para a obra "Curso de Direito Administrativo", 4ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2022.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelo autor.

## **Objetivos**

Nos dias atuais, em que estudantes do ensino superior vivenciam realidades econômico-sociais bastante distintas e complexas, talvez a tarefa mais importante do professor seja a criação de possibilidades para a construção de conhecimento dentro da sala de aula, seja ela física ou virtual. A união entre teoria e prática, de modo divertido e acessível, é uma importante ferramenta para colaborar na produção de conhecimento, bem como para promover a necessária motivação dos estudantes. Nessa perspectiva, o principal objetivo do uso desta metodologia ativa é propiciar aos estudantes conhecer, de forma dinâmica e participativa, a prática do procedimento licitatório, com vistas a unir a teoria estudada em sala de aula à realidade vivenciada cotidianamente no seio da Administração Pública; o objetivo secundário é inculcar nos alunos a percepção de que o conhecimento prático dos diferentes papéis desempenhados em um procedimento licitatório poderá abrir-lhes portas para futuramente atuarem como atores em processos de contratação pública, seja como agentes públicos, seja como empresários, seja, por fim, como advogados e outros operadores do Direito.

## **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Essa prática exitosa, que tem gerado grande interesse e participação dos alunos, deve ser desenvolvida logo após a conclusão do estudo teórico acerca das modalidades licitatórias, designadamente após o estudo da legislação e jurisprudência sobre a modalidade denominada “pregão”, que é atualmente a espécie licitatória mais utilizada pela Administração Pública. A referida prática, que consiste na simulação de um pregão presencial, pode ser executada no início da aula ou na parte final, desde que, como dito, seja realizada após o estudo teórico do tema.

## **Tempo médio de aplicação**

A realização da simulação em sala de aula é desenvolvida em cerca de 60 (sessenta) minutos, podendo chegar a 90 (noventa) minutos quando há mais participantes, período em que os alunos representam fielmente o procedimento licitatório previsto em lei e estudado anteriormente, a começar pela apresentação de propostas pelos licitantes (entre 10 (dez) e 15 (quinze) estudantes voluntários); pela escolha das figuras do pregoeiro e equipe de apoio, que conduzirão o procedimento; pela fase de lances sucessivos dos licitantes e, por fim, pelo julgamento, que é a etapa em que há a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **Recursos necessários**

Os recursos necessários são apenas recortes de papel para sorteio e, se possível, um prêmio simbólico para entregar ao vencedor do certame. Se não houver o prêmio simbólico, como, por exemplo, um “bombom” ou algo parecido, o simples reconhecimento, pela turma, da perspicácia – e sorte – do vencedor da licitação já é, em si, uma valiosa premiação.

### **Passo a passo**

A preparação da atividade leva em torno de 15 (quinze) a 20 (vinte) minutos e é feita exclusivamente pelo docente, normalmente na Sala dos Professores. Primeiramente, é definido o objeto fictício da licitação, por exemplo, a aquisição de 500 (quinhentos) notebooks pelo Ministério da Educação.

Após, o professor escreve valores também fictícios – e aproximados um do outro – que nortearão as propostas a serem feitas pelos licitantes (estudantes), como se fossem empresários participando do certame.

Depois dessa preparação, ao chegar em sala de aula, o professor explica passo a passo a atividade e motiva os alunos a participarem, informando a importância estratégica de dominarem o tema, bem como salientando a premiação final para o vencedor da licitação.

Na sequência, os estudantes que se voluntariarem a participar da atividade definirão suas respectivas participações. Eles podem atuar como licitantes ou como agentes públicos responsáveis pelo procedimento licitatório.

Os alunos que desempenharão as funções de pregoeiro e equipe de apoio vão à frente da sala de aula e tomam o lugar normalmente ocupado pelo professor. De posse de pincel (ou giz), o pregoeiro conduzirá o procedimento licitatório, com o recebimento, com a ajuda da equipe de apoio, das propostas previamente preenchidas pelo professor e sorteadas aos alunos participantes logo após a explicação da dinâmica.

Na verdade, o resultado da simulação dependerá da sorte do aluno que foi sorteado com o recorte de papel que contiver o menor preço, já que este é exatamente o critério previsto na Lei de Licitações para a escolha do vencedor do certame. Cada passo do procedimento competitivo é esclarecido pelo professor, que vai orientando a atuação de cada um dos atores do procedimento competitivo.


Após a abertura das propostas inicialmente apresentadas – e que foram sorteadas entre os alunos –, inicia-se a fase competitiva e oral, na qual os alunos apresentam seus lances sucessivos (dentro de um limite previamente estabelecido em sorteio e dentro de uma margem de escolha própria do aluno) até a definição, pelo pregoeiro, da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O vencedor do certame será o estudante que apresentou, ao fim de uma disputada fase competitiva, a melhor proposta,


recebendo em seguida a premiação simbólica. A premiação real, que de longe é a mais importante, é o aprendizado lúdico, prático e compartilhado da turma sobre o complexo procedimento de contratação pública denominado “pregão”.

## Capítulo XVII

### Prática de metodologia ativa aplicada à disciplina de Administração de Materiais e Logística

#### **Silvana Maria Barbosa da Silva Costa<sup>40</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-2563-9308>


 <http://lattes.cnpq.br/5544475312106575>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: silvanamariabarbosa20@gmail.com

#### **Marcelo Gonçalves do Valle<sup>41</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0003-2747-7258>


 <http://lattes.cnpq.br/3335623814312028>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: marcelo.valle@institutoprocessus.com.br

#### **Maria Aparecida de Assunção<sup>42</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-2788-0023>

 <http://lattes.cnpq.br/1180985988187856>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: cidaassuncao56@gmail.com

---

<sup>40</sup> Mestre(a) em Transportes pela Universidade de Brasília - UnB; Bacharel(a) em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

<sup>41</sup> Doutor(a) em Política Científica e Tecnológica (Unicamp); Mestre em Política Científica e Tecnológica (Unicamp); Bacharel Ciências Sociais (UFSCar).

<sup>42</sup> Mestre(a) em Administração (UFMG); Pós-graduada em Marketing (FGV); Bacharel(a) em Administração (Uniceub).

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Tornar o aluno participativo e coautor de questionamentos sobre determinados temas Logísticos.

Fomentar no aluno o desejo de pesquisa e de competição.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O momento mais adequado para aplicar esta metodologia ativa é no início da aula; após uma pequena explanação complementar do docente sobre o tema a ser trabalhado e uma detalhada explicação sobre a metodologia (prática) a ser aplicada. Neste caso, deve-se deixar bem esclarecidas as regras, como por exemplo, tempo disponível (por grupo), possíveis pontuações motivadoras; assim como, número de participantes, mínimo e máximo, por grupos.

### **Tempo médio de aplicação**

Normalmente o tempo que ocupa esta metodologia ativa é o horário completo da aula; considerando as explicações iniciais do docente e a pesquisa e apresentação (dinâmica) dos grupos de discentes.

### **Recursos necessários**

Basicamente, os recursos necessários para o perfeito funcionamento desta metodologia ativa em sala de aula são:

1. Computador/notebook com acesso à internet para pesquisa complementar
2. Livros pré-indicados sobre o tema (utilizar a biblioteca da IES, física e virtual)
3. Notas de aula

### **Passo a passo**

Após a explicação adicional do docente sobre o tema escolhido, os alunos formarão seus grupos (à vontade); desde que no limite de participantes preestabelecido. Cada grupo iniciará a sua pesquisa complementar (Internet, livros, notas de aulas etc.) sobre o tema e elaborará questionários cuja a quantidade será predefinida. Uma cópia desses questionários será entregue ao docente já com as devidas respostas, com a finalidade de controle e averiguação. A segunda parte da atividade será o sorteio dos grupos (em pares) que farão a disputa. Ganha o grupo que obter uma maior quantidade de respostas corretas do questionário elaborado pelo outro grupo; o que fomentará em cada grupo um maior “cuidado” na elaboração de seus questionamentos; tornando a competição bem acirrada.

Atenção! Quando a resposta for “incorreta” o grupo que a elaborou deverá explicar de forma bem convincente e com respaldos bibliográfico, de preferência. A validação da pontuação para o grupo ficará ao encargo do docente.

### **Recomendações**

Por se tratar de uma metodologia ativa, o Tema a ser trabalhado deve ser predefinido em aula anterior para que os discentes possam realizar pesquisas. Recomenda-se que seja escolhido um tema inovador e atual; por exemplo, *eficiência da logística durante a pandemia por Covid-19 ou em casos de catástrofes naturais*. Também se recomenda que o número de participantes por grupo seja pequeno (máximo 4) e uniforme e ainda, que a apresentação da dinâmica seja “sorteada”, com objetivo de trazer imparcialidade de disputa entre os dois grupos que irão competir entre si.

### **Competências acionadas nos alunos**


As competências adicionadas aos alunos com a aplicação desta metodologia são basicamente o desenvolvimento da argumentação, da empatia, da cooperação e do pensamento criativo e inovador.

## Capítulo XVIII

# Método do caso como ferramenta pedagógica, da disciplina Fundamentos de Administração e Gestão Estratégica e Mercadológica


### **Maria Aparecida de Assunção<sup>43</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-2788-0023>

 <http://lattes.cnpq.br/1180985988187856>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: cidaassuncao56@gmail.com


### **Silvana Maria Barbosa da Silva Costa<sup>44</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-2563-9308>

 <http://lattes.cnpq.br/5544475312106575>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: silvanamariabarbosa20@gmail.com

### **Marcelo Gonçalves do Valle<sup>45</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-2747-7258>

 <http://lattes.cnpq.br/3335623814312028>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: marcelo.valle@institutoprocessus.com.br

---

<sup>43</sup> Mestre(a) em Administração (UFMG); Pós-graduada em Marketing (FGV); Bacharel(a) em Administração (Uniceub).

<sup>44</sup> Mestre(a) em Transportes pela Universidade de Brasília - UnB; Bacharel(a) em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

<sup>45</sup> Doutor(a) em Política Científica e Tecnológica (Unicamp); Mestre em Política Científica e Tecnológica (Unicamp); Bacharel Ciências Sociais (UFSCar).

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.



### **Objetivo**

Elaborar análise do caso em estudo, concentrando-se nos fatos mais importantes e usando esta informação para determinar as oportunidades e problemas que afetam a instituição em análise.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

A metodologia deverá ser aplicada no início da aula, após apresentação de uma análise organizacional, onde se analisa o ambiente interno e externo, utilizando a matriz SWOT, visando que o aluno tenha a experiência de interação da teoria com a prática.

### **Tempo médio de aplicação**

Mínimo de 60 minutos.

### **Recursos necessários**

Cópia do caso a ser estudado e distribuída aos alunos

### **Passo a passo - Condução da atividade**

Em grupo com 4 membros, os alunos analisam o caso, identificando os seus aspectos chave e os problemas. Listar e avaliar os cursos de ação alternativos e propor as conclusões mais adequadas, e se organizam para apresentação. Para tornar a atividade mais interativa e como todos os alunos estão trabalhando o mesmo caso, solicita-se aos mesmos, o comentário das soluções apresentadas por outros grupos, elogiando e criticando as soluções tomadas.

A análise de um caso de estudo pode ser estruturada num conjunto de cinco passos:

#### **1. Identificação dos fatos principais que caracterizam o caso**

Este é o primeiro passo: leia o caso de estudo várias vezes de modo a familiarizar com a informação que contém. Tome a devida atenção a todos os seus elementos tais como tabelas, figuras e outros elementos. Muitos casos de estudo apresentam cenários que, como na vida real, possuem uma grande quantidade de informação.

Alguns dos fatos apresentados são mais relevantes que outros, para a identificação do problema. Embora se deva assumir que os fatos e os valores no caso prático são verdadeiros,

Se os fatos principais ou valores não estão disponíveis, pode tomar pressupostos, que devem, no entanto, ser razoáveis, face à situação. A

qualidade e adequação das suas conclusões podem depender dos pressupostos realizados.

## **2. Identificar os aspectos críticos do caso**

Este é o segundo passo: use os fatos proporcionados pelo caso de estudo para identificar o problema principal que ocorre no contexto apresentado. Muitos casos práticos apresentam diversas questões e problemas associados. Identificar os mais relevantes e separar o acessório do essencial é a primeira tarefa. Deve ser capaz de explicar como este problema afeta a estratégia ou desempenho da organização.

Necessita explicar porque ocorre. Qual a origem do problema ou desafio: um ambiente em mudança; novas oportunidades; uma diminuição de mercado; ou devido a processos de negócio desadequados tanto internos como externos. Quando se identifica um aspecto chave ou problema, deve ser analisado de que tipo de problema se trata: um problema de gestão; um problema de tecnologia; organizacional, ou uma combinação de todos eles? Quais os fatores associados à gestão, organização e tecnologia contribuíram para o problema?

Para determinar-se se trata de um problema associado a fatores de gestão, verifique se os gestores exercem uma liderança adequada da organização e da monitorização do desempenho organizacional. Considere igualmente a natureza da tomada de decisão de gestão: possuem os gestores informação suficiente para desempenhar o seu papel? Ou falham no aproveitamento da informação que tem disponível?

Deve decidir quais destes fatores ou combinação de fatores se revelam como os mais importantes para explicar porque é que o problema ocorre.

## **3. Especificar curso de ação alternativas**

Este é o terceiro passo: listar os cursos de ação possíveis para resolver o problema identificado. Para os problemas relacionados verificar quais são os que exigem criação de novos procedimentos, instrumentos, sistemas, modelos de gestão e etc.

Colocar as seguintes questões: é necessário considerar novas tecnologias? Processos de negócio, estruturas organizacionais ou novos comportamentos de gestão? Quais as mudanças que são necessárias considerar nos processos de organização, para cada uma das alternativas? Que políticas de gestão é necessário implementar em cada uma das alternativas?

Considerar o fato de que "o que a organização deve fazer e o que ela pode fazer". Considerar custos ou operacionalização difícil. Evitar soluções que exigem mais do que os recursos que a organização pode oferecer. Identificar

as restrições que limitam a escolha das soluções e verificar se cada alternativa é viável face a estas restrições.

#### **4. Avaliar cada um dos cursos de ação**

Este é o quarto passo: avaliar cada alternativa recorrendo aos fatos e tópicos anteriormente identificados, em função do contexto e informação disponível. Identificar os custos e benefícios de cada alternativa.

Questionar: “Qual será o resultado esperado de determinada ação?” Listar os riscos bem como, as recompensas associadas com cada um dos possíveis curso de ação. É cada recomendação realizada viável do ponto de vista técnico, operacional e financeiros? Por último, assegure que os pressupostos tomados para suporte à decisão realizada, são enunciados de forma explícita e correspondem a práticas e critérios de razoabilidade aceites no contexto das atividades referidas no caso de estudo.

#### **5. Recomendar o melhor curso de ação**

Este é o quinto passo: especificar qual o curso de ação escolhido como o melhor e desenvolver uma explicação detalhada da opção realizada. Pode ser também fornecida uma explicação porque razão nenhuma das alternativas é adequada, isto no caso de não existir uma solução que claramente seja a mais indicada. A recomendação final deve resultar naturalmente da análise realizada do caso de estudo. Também deve especificar de forma clara quais os pressupostos tomados para chegar à conclusão enunciada.

Muitas vezes, não existe apenas uma decisão correta, e cada opção possui tanto riscos como recompensas. Nestes casos, a defesa de uma das alternativas é realizada também com base no conhecimento de quem conduz o trabalho – algo que é muito comum também na vida real.

### **Recomendações**

Evitar formação de grupo de trabalho com muitos membros

#### **Competências acionadas nos alunos**

- ✓ Adquirir habilidade de trabalhar em grupo
- ✓ Emitir opinião ao formular o pensamento
- ✓ Favorecer a troca de informações sobre o assunto
- ✓ Orientar a análise de diagnóstico de uma instituição

## Referências

COELHO, A. M. R. V. **Método do estudo de caso (*case studies*) ou método do caso (*teaching cases*)?** Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em Administração. Disponível em <<http://www.pdf4free.com>>. Acesso em 21 maio 2007.


MENEZES, Maria Arlinda de Assis Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.35, n.1, p. 129-143, jan./abr. 2009.


VENTURA, Deisy. Do Direito ao método e do método ao Direito. In: por CERQUEIRA, Daniel; FRAGALE FILHO, Roberto. *O papel das disciplinas propedêuticas no currículo dos cursos de Direito*. São Paulo: Millennium, 2005

## Capítulo XIX

### Informação assimétrica aplicada à disciplina Economia ou Administração: um exemplo do uso da técnica de metodologia ativa


#### **Marcelo Gonçalves do Valle**<sup>46</sup>


 <https://orcid.org/0000-0003-2747-7258>

 <http://lattes.cnpq.br/3335623814312028>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: marcelo.valle@institutoprocessus.com.br


#### **Maria Aparecida de Assunção**<sup>47</sup>


 <https://orcid.org/0000-0002-2788-0023>

 <http://lattes.cnpq.br/1180985988187856>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: cidaassuncao56@gmail.com

#### **Silvana Maria Barbosa da Silva Costa**<sup>48</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-2563-9308>

 <http://lattes.cnpq.br/5544475312106575>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: silvanamariabarbosa20@gmail.com

---

<sup>46</sup> Doutor(a) em Política Científica e Tecnológica (Unicamp); Mestre em Política Científica e Tecnológica (Unicamp); Bacharel Ciências Sociais (UFSCar).

<sup>47</sup> Mestre(a) em Administração (UFMG); Pós-graduada em Marketing (FGV); Bacharel(a) em Administração (Uniceub).

<sup>48</sup> Mestre(a) em Transportes pela Universidade de Brasília - UnB; Bacharel(a) em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Apresentar aos alunos os riscos da tomada de decisão em um contexto de informação assimétrica por meio de um jogo que tende a induzir todos a respostas semelhantes e/ou muito próximas entre si.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

A partir da explicação do conceito de informação e sua importância para a tomada de decisão, o jogo deve ser apresentado no início da aula para que os discentes percebam os riscos.

### **Tempo médio de aplicação**

O jogo é bastante curto, realizado de forma individual, não demandando mais do que cinco minutos para sua aplicação.

### **Recursos necessários**

Não é necessário registro em caderno ou outro recurso. O exercício todo se dá em âmbito mental. A condição é que o aluno não faça qualquer anotação e não converse com nenhum outro aluno durante sua realização, de modo a ampliar a surpresa ao final do jogo.

### **Passo a passo**

- a) Informe aos alunos que fará um jogo com eles. O objetivo do jogo é explicitar o risco de tomada de decisão em condições assimétricas de acesso à informação;
- b) Informar que o jogo é feito exclusivamente usando o raciocínio. Não se deve fazer qualquer anotação ou conversar com qualquer outro aluno durante o exercício.
- c) O primeiro passo é pedir que os alunos pensem em um número inteiro e natural de 1 a 10.
- d) Feito isso, pede-se aos alunos que multipliquem o número que imaginaram por 9.
- e) Uma vez concluída essa fase, vai se pedir aos alunos que somem os algarismos resultantes da multiplicação. Se o resultado foi um número de apenas um algarismo, considerar este próprio número.
- f) Quando todos já tiverem somado os algarismos, pede-se que subtraiam 5 do resultado alcançado;
- g) Eles chegarão a um número específico como resultado, e deverão converter tal número para uma letra, usando um critério simples: 1 vira A, 2 vira B, 3 vira C e assim por diante;
- h) Quando todos os alunos tiverem obtido a letra, pede-se que eles pensem em um país que comece com essa letra;

- i) Após terem selecionado o país, pede-se que se escolha a nona letra do nome do país. Caso o país escolhido não tenha nove letras ou mais, pule essa etapa;
- j) Para os alunos que tiverem escolhido um país que tenha a nona letra, pedir que pensem em um meio de transporte que inicie com a referida letra;
- k) Peça aos alunos que retornem ao nome do país e peguem a quinta letra de seu nome, e pensem em um animal que comece com essa letra;
- l) Finalmente, pergunte aos alunos se seria viável pegar um **Avião** para descobrir se na **Dinamarca** é possível encontrar um **Macaco**. Eles deverão se surpreender porque muitos terão pensado exatamente nestes elementos: Dinamarca, Avião e Macaco.

### Recomendações

Para o jogo funcionar bem, é preciso destacar que não pode haver qualquer anotação em papel, não pode haver comunicação entre os alunos e, fundamentalmente, alguém que já conheça a prática mantenha-se em silêncio para não revelar antecipadamente o resultado do jogo.

O jogo todo se baseia na informação assimétrica. Qualquer número de 1 a 10, quando multiplicado por nove, quando se somam os algarismos o resultado final é nove.

Ao se subtrair 5, todos terão 4 como resultado, a não ser que tenha errado na conta de multiplicação.

Deste modo, ao converter o número para letra, todos deverão chegar à letra D, mesmo que não saibam isso a princípio.

Há três países que comecem com a letra D: Dinamarca, Djibuti e Dominica. Um possível erro é algum aluno pensar em Dubai. Neste caso, é importante esclarecer que Dubai não é um país, mas sim uma cidade que compõe os Emirados Árabes Unidos, esse sim um país.

É bastante improvável que um aluno pense em Dominica e Djibuti. Assim a maioria pensará em Dinamarca.

A nona letra do país é o último A. Ao pensar em um meio de transporte iniciado por esta letra, a maioria dos alunos pensará em **AVIÃO**.

A quinta letra do nome do país deverá ser, portanto, a letra **M**. Ao pensar em um animal iniciando com esta letra, mais da metade da turma pensará em **MACACO**. Pode haver divergências e surgirem outros animais, como Mamute, Mosca, Morcego, Mula.... mas a maioria falará macaco.

Mesmo quando houver divergência no animal pensado, praticamente não haverá na escolha do país e do meio de transporte.

O jogo mostra que a partir de uma escolha inicial aparentemente bastante ampla, o aluno é conduzido a uma linha de raciocínio pré-estabelecida, ainda que pense estar sendo bastante autônomo na tomada de decisão. Ele não sabe que está, desde o início, sendo induzido a um mesmo desfecho.

Desta forma, mostra-se os riscos do processo de tomada de decisão em um ambiente de grande assimetria informacional, bem como o risco de manipulação do processo decisório.

### **Competências acionadas nos alunos**


A prática exige dos alunos raciocínio matemático e lógico, assim como conhecimentos gerais.




## Capítulo XX

### Pesquisa de jurisprudência nos tribunais brasileiros: experiências nas turmas de Prática Jurídica III (Cível) no Centro Universitário Processus - UniProcessus

**Arthur Henrique de Pontes Regis<sup>49</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-8544-1475>

 <http://lattes.cnpq.br/6833659805726329>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: prof.arthur.regis@gmail.com

**Juliana Porto Vieira Ramos<sup>50</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-5692-606X>

 <http://lattes.cnpq.br/3453553448845980>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: profjulianaporto@gmail.com

---

<sup>49</sup> Doutor e Mestre em Bioética; Graduado em Direito e em Ciências Biológicas.

<sup>50</sup> Mestra em Ciências Jurídico-Criminais; Graduada em Direito.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

O corpo discente deverá desenvolver a habilidade de realizar pesquisa de jurisprudência nas cortes nacionais.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O melhor momento para realizar a aplicação da técnica é durante a elaboração das peças processuais reais pelos alunos, após o atendimento da comunidade. Inicialmente, deve-se pedir que o aluno localize na *internet* a página do tribunal de interesse, a ferramenta de busca de jurisprudência e depois realize a pesquisa.

### **Tempo médio de aplicação**

Em um primeiro momento, estipula-se um prazo para os alunos realizarem as buscas na base de dados da jurisprudência de forma livre. Depois, demonstra-se como se realiza a busca de forma avançada e utilizando-se os operadores. As buscas serão orientadas de acordo com o caso prático em questão, assim como não há tempo fixo estipulando, sendo o mais importante o domínio da técnica pelos discentes.

### **Recursos necessários**

Para realização da prática é necessário um computador com acesso à *internet*.

### **Passo a passo**

Inicialmente, deve-se identificar qual a jurisprudência que se amolda ao caso concreto. Por exemplo: fixação de dano moral em casos de inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito. Após, deve-se identificar os tribunais de busca. Recomenda-se, preferencialmente, realizar a busca no tribunal local (no caso, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF) e em um tribunal superior. No exemplo acima, em virtude do tema, por se tratar de matéria infraconstitucional, a pesquisa será realizada também no Superior Tribunal de Justiça – STJ. Depois, é realizada uma análise conjunta para identificar quais precedentes se amoldam ao caso concreto e que serão efetivamente utilizados na confecção da peça processual.

### **Recomendações**

Tem-se atingido o objetivo pretendido tratando a questão com leveza e de forma provocativa. Exemplo do uso de uma comunicação mais informal: “O tiozão vai ensinar como se navega na *internet*”; “Eu estou na *internet* desde quando tudo era só mato”. E com questões provocativas, tais como “Têm certeza de que essa decisão se amolda ao caso concreto?”; “Será que não há um precedente mais específico?”.

### **Competências acionadas nos alunos**

Capacidade de realizar pesquisa de jurisprudência e leitura crítica dos acórdãos para verificar se podem realmente ser utilizados no caso específico.

### **Referências**

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Teoria e Prática da Pesquisa em Jurisprudência**: da procura e uso da informação para sustentar teses e estudos jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PINHEIRO, Igor Pereira. **Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ e TSE**: Súmulas e Precedentes Relevantes Separados por área do Direito. Leme: Editora Mizuno, 2023.

## Capítulo XXI

### A simulação de casos reais de processos de competência do Tribunal do Júri como metodologia ativa aplicada à disciplina de Prática Jurídica Penal

#### Lourivânia de Lacerda Castro<sup>51</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br

#### Luis Claudio Pereira da Silva<sup>52</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8293-4725>

<http://lattes.cnpq.br/9762761705066079>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: professorluisclaudio@gmail.com

#### Olívia Danielle Mendes de Oliveira<sup>53</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9433-3815>

<http://lattes.cnpq.br/1245427302662701>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: olivia.mendes@institutoprocessus.com.br

---

<sup>51</sup> Mestre em Direito-LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

<sup>52</sup> Possui graduado em Direito pela Universidade Gama Filho? UGF (1998), Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Legislação Social pela Universidade Estácio de Sá? UNESA (2002) e Mestrado em Direito pela Universidade Iguazu (2006). Experiência na advocacia trabalhista desde 1998. No magistério superior, ministra as disciplinas de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Prática Profissional Trabalhista. Atual professor do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIPROCESSUS.

<sup>53</sup> Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2017), pós-graduada em Processo Civil e Recursos pela Faculdade Educacional da Lapa (2017), graduada em Direito pela Uni-Anhanguera Centro Universitário de Goiás (2005). Graduada em Formação Pedagógica em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio (2021)

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Possibilitar e preparar os alunos para melhor escolha e consequente atuação no ramo do Direito Penal, uma vez que terão atuação direta com algumas profissões, a exemplo: advogado (como defensor ou assistente de acusação), defensor público, promotor de justiça, juiz. Proporcionar ainda, a atuação como jurado, que, em atuação real, contabiliza como critério de pontuação em concursos públicos.

Permitir ao aluno o desenvolvimento de uma análise jurídica destacando seu posicionamento pessoal do posicionamento técnico-jurídico, a melhor desempenho da pesquisa jurídica, desenvolvimento de oratória, bem como responsabilidades e desafios da atuação jurídica real.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

A metodologia deve ser aplicada no início da aula, a qual é designada exclusivamente para a realização da atividade.

### **Tempo médio de aplicação**

A atividade para a aplicação desta prática pedagógica exige pelo menos 2 (duas) horas da aula designadas para a atuação dos alunos reproduzindo o caso real e 1 (uma) hora para comentários, dúvidas e debates do caso. Ressalte-se que se trata de disciplina com carga horária de 80h.

### **Recursos necessários**

Para a realização da metodologia é necessário que seja realizada em sala de audiência para que cada aluno possa tomar seu assento de acordo com a atuação designada e se preparar para trabalhar em uma sessão plenária ou mesmo em uma audiência de instrução e julgamento.

Ainda, faz-se necessária a utilização de becas, seja para que possam reproduzir de forma fidedigna o ato processual.

### **Passo a passo**

No cronograma de aulas é previamente designada a data da aula para realização da atividade e nas aulas seguintes, sempre lembrado aos alunos.

O caso real é escolhido pelo docente e os alunos podem se voluntariar para as atuações, com limite de até 15 (quinze) alunos atuantes.

Os demais alunos que não atuarão diretamente na atividade, devem assistir a atuação dos demais colegas e durante a atividade elaborar relatório da atividade desenvolvida com conclusão de suas percepções.

Designados os alunos que se candidatam de forma voluntária, é distribuído o caso real apenas para aqueles que atuarão de forma ativa na atividade, de modo a conhecer a situação fática.

Em caso de dúvidas, o aluno deverá buscar orientações com o professor. Os alunos poderão interagir entre si para discussão do caso durante o estudo do caso real.

No dia da atividade, os alunos com o auxílio do professor iniciam a atividade, reproduzindo o ato processual como se real fosse, em regra, sem interrupções.

O tempo para a realização da inquirição é livre e para a sustentação oral, é designado o tempo de 15 (quinze) minutos para os alunos que desempenham papel que a requeira.

Ao final das sustentações, os alunos que são designados para o papel de jurado, proferem, sua decisão e o aluno que faz o papel de juiz, deverá elaborar sentença de acordo com a decisão dos colegas e fazer a leitura da peça elaborada, a qual poderá elaborar em casa, mas, nesse caso, em duas versões: contando com resultado de condenação e assim aplicar a pena e regime de cumprimento desta, e, resultado de absolvição, tal e qual ocorre em um júri popular, seguindo, portanto, a regra contida no Código de Processo Penal.

### **Recomendações**

A recomendação para outros docentes é que se apropriem do caso real, sendo de preferência um caso em que o docente tenha atuado, ou, caso midiático, não esquecendo de fazer o controle de tempo da atividade.


### **Competências acionadas nos alunos**

São acionadas nos alunos competências de escrita, oratória, persuasão, desenvolvimento de pesquisa, análise, raciocínio técnico, controle emocional.

## Capítulo XXII

### Pesquisa Acadêmica como prática de metodologia ativa na disciplina Introdução ao Estudo do Direito

#### Lourivânia de Lacerda Castro<sup>54</sup>


 <https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>


 <http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocesso.com.br

#### Luis Claudio Pereira da Silva<sup>55</sup>


 <https://orcid.org/0000-0002-8293-4725>


 <http://lattes.cnpq.br/9762761705066079>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: professorluisclaudio@gmail.com

#### Olívia Danielle Mendes de Oliveira<sup>56</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-9433-3815>

 <http://lattes.cnpq.br/1245427302662701>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: olivia.mendes@institutoprocesso.com.br

---

<sup>54</sup> Mestre em Direito-LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

<sup>55</sup> Possui graduado em Direito pela Universidade Gama Filho? UGF (1998), Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Legislação Social pela Universidade Estácio de Sá? UNESA (2002) e Mestrado em Direito pela Universidade Iguazu (2006). Experiência na advocacia trabalhista desde 1998. No magistério superior, ministra as disciplinas de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Prática Profissional Trabalhista. Atual professor do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIPROCESSUS.

<sup>56</sup> Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2017), pós-graduada em Processo Civil e Recursos pela Faculdade Educacional da Lapa (2017), graduada em Direito pela Uni-Anhanguera Centro Universitário de Goiás (2005). Graduada em Formação Pedagógica em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio (2021)

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Despertar no aluno a capacidade de pesquisar, de buscar o conhecimento jurídico da mesma forma como ele busca assuntos de seu interesse.

Compartilhar o aprendizado com os demais alunos como forma de internalizar, sedimentar e ampliar esse aprendizado.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Na quarta e última parte da aula o aluno pode aplicar a metodologia, tendo em vista que houve três momentos prévios. O de casa, com a leitura dirigida e respostas a questionários. O segundo momento no início da aula após a explanação do tema e oportunidade para dúvidas e o último momento no final da aula.

### **Tempo médio de aplicação**

Nos 50 minutos finais da aula. Isto é, no último tempo de uma disciplina de 80h.

### **Recursos necessários**

Leitura, escrita em forma de tópicos ou gráficos, oratória.

### **Passo a passo**

O primeiro passo é a indicação de capítulo ou capítulos de livros que abordem o tema, preferencialmente, dois ou mais autores. Depois, repostas a perguntas formuladas a partir destes capítulos. E por fim, a escuta ativa e participação na discussão do tema proposto.

### **Recomendações**

Organização do tempo é fundamental para o êxito da metodologia. Dessa forma, se o professor ministra o conteúdo e depois aplica a pesquisa não é tão produtivo quanto o aluno se esforçar para compreender um assunto jamais visto por ele.

### **Competências acionadas nos alunos**

Desenvolver senso crítico, capacidade de colher dados, oratória e superação de timidez.



## Capítulo XXIII

### A aplicabilidade do *Problem Based Learning* à Ciência Jurídica

#### **Gabriela Nunes<sup>57</sup>**

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

<http://lattes.cnpq.br/2032195512785880>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gn.gabi@gmail.com

#### **Luís Roberto Cavalieri Duarte<sup>58</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1033-4798>

<http://lattes.cnpq.br/5049673970679794>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: prof.robertoduarte@gmail.com

#### **Ana Carolina Borges de Oliveira<sup>59</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-9621-8407>

<http://lattes.cnpq.br/0054684022872565>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: anacarolinaboliveira@gmail.com

---

<sup>57</sup> Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Minorias pelo Centro Universitário Unieuro; especialista em Direito Processual Civil pela Rede de Ensino LFG; Bacharel em direito pelo Centro Universitário Unieuro; professora de Direito Empresarial e Métodos Adequados de Solução de Conflitos no UniProcessus e de Prática Trabalhista no Unieuro.

<sup>58</sup> Graduado em DIREITO pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. Pós-graduado em Direito Penal. Pós-graduado em Atividade Processual. Professor da Universidade Católica de Brasília e do Centro Universitário UniProcessus. Mestre pela Universidade Católica de Brasília. Doutorando pelo Centro Universitário de Brasília- UniCEUB. Defensor Público do Distrito Federal.

<sup>59</sup> Advogada. Mestre em direito e políticas públicas pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. Especialista em Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora do Centro Universitário UniProcessus nas disciplinas de Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil IV, Direito Notarial e Registral e Prática Jurídica.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

## **Objetivos**

- Inserir o acadêmico no processo de aprendizagem, fazendo-o sair do papel de mero espectador e o transformando em um articulador de ideias;
- Encorajar o aluno a construir um conhecimento crítico a partir da resolução para a problemática proposta;
- Conduzir o acadêmico à aplicabilidade da teoria aprendida às situações práticas propostas, proporcionando a ele o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o alcance da excelência profissional.

## **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Recomenda-se que o PBL seja aplicado no início da aula, para que os alunos tenham tempo de refletir acerca do problema apresentado e busquem soluções jurídicas viáveis e adequadas para o caso.

## **Tempo médio de aplicação**

O PBL deve ocupar o horário completo de aula, tendo em vista que o acadêmico deverá analisar a situação problema apresentada, verificar a tipicidade jurídica da mesma, analisar qual o mecanismo processual e/ou material adequado ao caso e, por fim, apresentar uma solução fundamentada para a questão problema.

## **Recursos necessários**

Recomenda-se que o acadêmico tenha acesso à rede de internet para que possa fazer pesquisas de jurisprudências, instruções normativas e posicionamentos doutrinários acerca do tema. Além disso, será necessário o acesso a legislação (física ou digital). A metodologia pode ser aplicada dentro da própria sala de aula, no laboratório de informática ou nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica, desde que o aluno tenha acesso a rede.

## **Passo a passo**

Recomenda-se que o PBL seja executado seguindo os passos seguintes:

1. O professor deve explicar aos alunos sobre o que se trata a técnica do *Problem Based Learning*, deixando claro aos acadêmicos que será apresentado a eles uma questão problema e que eles precisam solucioná-la com base em teses construídas a partir de fundamentações jurídicas constantes em súmulas, jurisprudências, instruções normativas, sentenças normativas, entendimentos doutrinários e legislação. É importante esclarecer aos alunos que a questão problema não pode ser resolvida com base em empirismos;

2. O professor dividirá a turma em grupos e entregará a cada um deles uma questão problema diferente. É importante que todas as problemáticas a serem resolvidas possuam uma solução legal viável e específica para que ambiguidades não venham a atrapalhar a análise dos acadêmicos. Recomenda-se que o professor deixe claro aos alunos que eles terão o período de aula para apresentarem a solução final;
3. Em posse das questões problemas cada grupo analisará e discutirá qual(is) a(s) tese(s) jurídica(s) aplicável(is) ao caso. Nesse momento, os acadêmicos verificarão tanto as teses de direito material aplicáveis ao caso, quanto a medida processual adequada.
4. Os alunos redigirão um texto explicativo apontando as teses de direito material adequadas ao caso e a medida processual pertinente (não é necessário elaborar a peça processual, mas tão somente indicar as teses adequadas) e entregarão o documento ao professor ao fim da aula.
5. Em posse dos documentos entregues pelos alunos, o professor realizará a correção dos casos e na aula seguinte solicitará que cada grupo apresente sua questão problema e a solução encontrada. Esse relato deverá durar entre 15 e 20 minutos por grupo.

### **Recomendações**

Recomenda-se que o professor revise todas as questões problemas antes de distribuí-las a turma para que a atividade alcance seu objetivo final, qual seja, encontrar uma solução única e específica para o caso apresentado.

## Capítulo XXIV

# Prática pedagógica dialógica aplicada a disciplinas jurídicas

**Francielle Vieira Oliveira<sup>60</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-2679-0413>

<http://lattes.cnpq.br/2469321799658337>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: francielle.vieira@gmail.com

**Maurício Ricardo Anjo Teixeira Pires<sup>61</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1568-3022>

<http://lattes.cnpq.br/7548777968979252>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: professormauriciopires@gmail.com

**Gianpaolo Machado Lage de Melo<sup>62</sup>**

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

<http://lattes.cnpq.br/3920076565967832>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gianpaolo.melo@gmail.com

---

<sup>60</sup> Advogada e Professora de Direitos Humanos e Direito Internacional; Doutora em Direito Público; Mestre em Direitos Humanos e Mestre em Filosofia.

<sup>61</sup> Advogado e Professor de Direito Penal e Processo Penal.

<sup>62</sup> Advogado e Professor de Direito Tributário. Mestre em Relações Internacionais e Desenvolvimento.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Oferecer ferramentas que auxiliem a preparação de uma aula, de modo a torná-la mais dinâmica, estimulando, de consequência, o interesse do aluno na participação da atividade proposta pelo professor.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

A proposta da atividade há de ser feita no início da aula.

### **Tempo médio de aplicação**

A atividade está prevista para ser aplicada em um ou dois tempos de aula.

### **Recursos necessários**

Texto, vídeo, *podcast*, a depender da escolha do professor.

### **Passo a passo**

Ao iniciar uma aula, é importante deixar claro aos alunos qual tema será abordado e o objetivo a ser atingido com o desenvolvimento das tarefas propostas. Deixar o aluno ciente acerca das atividades diminui desconfortos e ansiedade que eventualmente podem dificultar o processo de aprendizagem.

### **Momento de *input***

A introdução do tema da aula pode se dar por meio de uma notícia veiculada na mídia, um documento, um vídeo ou *podcast*, por exemplo. Logo em seguida, deve-se fazer a contextualização do tema que se pretende ensinar a partir do material compartilhado.

De acordo com o engajamento e disposição dos alunos, a atividade pode se dar individualmente, em dupla ou grupo. A ideia é fazer com que os alunos sejam os protagonistas, restando ao professor o encargo de guiar a atividade.

### **Momento de *output***

A atividade será desenvolvida por meio de questionamentos feitos pelo professor, o qual terá o papel de coletar e orientar as impressões dos alunos. Não se trata de perguntas que se pautam apenas no “achismo”, mas em um exercício que se prende em encontrar respostas fundamentadas. Para tanto, é aconselhável disponibilizar aos alunos, por exemplo, trechos de obras de autores que divergem em seus pontos de vista.

### Momento de *accountability*

Após a condução das discussões, propõe-se que os alunos produzam um pequeno texto ou um esquema mental que expressem o que aprenderam sobre o tema.

### **Recomendações**


O bom êxito da atividade depende do seu esboço prévio da atividade, sobretudo dos questionamentos a serem endereçados aos alunos no momento da aula.

## Capítulo XXV

# O direito penal em sala e as práticas de ensino face a realidade fática dos altos índices de criminalidade no Brasil.

### **Maurício Ricardo Anjo Teixeira Pires<sup>63</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0002-1568-3022>


 <http://lattes.cnpq.br/7548777968979252>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [professormauriciopires@gmail.com](mailto:professormauriciopires@gmail.com)

### **Gianpaolo Machado Lage de Melo<sup>64</sup>**


 <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>


 <http://lattes.cnpq.br/3920076565967832>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [gianpaolo.melo@gmail.com](mailto:gianpaolo.melo@gmail.com)

### **Francielle Vieira Oliveira<sup>65</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-2679-0413>

 <http://lattes.cnpq.br/2469321799658337>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [francielle.vieira@gmail.com](mailto:francielle.vieira@gmail.com)

---

<sup>63</sup> Advogado e Professor de Direito Penal e Processo Penal.

<sup>64</sup> Advogado e Professor de Direito Tributário. Mestre em Relações Internacionais e Desenvolvimento.

<sup>65</sup> Advogada e Professora de Direitos Humanos e Direito Internacional; Doutora em Direito Público; Mestre em Direitos Humanos e Mestre em Filosofia.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar as técnicas de ensino, bem como assimilação, pelo aluno, da disciplina de Direito Penal face aos altos índices de criminalidade no Brasil.

Em outras palavras, o Brasil, pelos altos índices de criminalidade, apresenta aos professores de Direito Penal uma infinidade de exemplos práticos que podem ser utilizados em sala de aula para que o aluno consiga assimilar, aplicando efetivamente a teoria na prática.

O motivo que me leva à análise desse tema e sua proposta advém da facilidade que, ministrando aulas de Direito Penal, tenho em dar exemplos aos alunos dos mais variados crimes, dos crimes mais simples aos mais complexos.

Tenho como exemplo, o caso surreal, de um médico, anestesista que, em meio a um trabalho de parto de sua paciente, que se encontrava anestesiada, abusou sexualmente da mesma, cometendo, à luz do Código Penal, o crime de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A.

Seguindo essa ideia, vejo como momento propício de proposição deste tipo de atividade sempre ao início das aulas, visto que os alunos estão mais animados, comunicantes e participativos, bem como mais propensos ao exercício de seu senso crítico.

Além disso, o início da aula dará mais tempo ao professor e aos alunos para o desenvolvimento não só do tema proposto, mas também da possibilidade da ampliação da temática a outras discussões ou a outro nível de complexidade.

Geralmente o tempo destinado a essa atividade varia entre trinta a quarenta minutos, claro que, dependendo do número de alunos componentes da turma, dando-se assim a oportunidade para todos participarem. De acordo com o julgamento do professor e a complexidade da discussão, pode-se tomar mais tempo a atividade. Em geral, o tempo deve ser definido sim, mas sem ser inflexível.

Determinadas temáticas, inevitavelmente, despertam maior interesse, bem como paixões no aluno. Em Direito Penal falar sobre homicídio, aborto, estupro ou roubo, por exemplo, fatalmente tomará um bom tempo da aula com suas discussões.



De acordo com a proposta do tema, o melhor recurso para iniciar esta atividade é o noticiário diário. A imprensa, mesmo fora da tecnicidade jurídica, apresenta, pelos casos da vida, inesgotável fonte de proposta temática para discussão em sala.

Trago como exemplo, em recentes notícias, casos do já citado anestesista que estuprou sua paciente sedada, o caso de famoso jogador de futebol que se encontra preso pela prática do mesmo crime e o caso de uma família que teve dez membros mortos, a princípio, por interesses financeiros.

Além disso, tem-se como recurso a possibilidade do professor falar aos alunos sobre suas vivências profissionais e casos emblemáticos que já tenha trabalhado. Isso sempre interessa ao aluno, pois tem em seu professor não apenas um replicador da teoria, mas um praticante do que ensina.

A aplicação dessa atividade deve ser feita observando, a nosso ver, o modo de pensar do aluno, agrupando aqueles com maiores afinidades entre si. Existem alunos que são mais ferrenhos na aplicação das sanções penais àqueles que praticam crimes. Existem outros que são mais tolerantes. Na própria matéria penal, temos os mais garantistas e os menos garantistas.

Formados esses grupos, pode-se lançar o tema e propor um debate entre as correntes variadas que existirem. Além disto, creio indispensável que o aluno, ou grupo de alunos, justifiquem teoricamente suas posições.

Aqui falou-se no Direito Penal, mas em verdade, a ciência jurídica é uma infundável fonte de temas, propostas e experiências que podem ser utilizadas pelos docentes em suas práticas. A utilização dos fatos da vida tornará muito mais atrativa e prática o ensino da disciplina jurídica.

Creio que essas práticas darão aos alunos a capacidade crítica tão necessária em sua formação, bem como na aplicação prática do aprendido nos bancos acadêmicos.

## Capítulo XXVI

### Elaboração de Petições/Recursos em face de estudos de casos concretos visando a aprovação na segunda fase da prova da OAB em Direito Tributário

#### **Gianpaolo Machado Lage de Melo**<sup>66</sup>

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

<http://lattes.cnpq.br/3920076565967832>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: gianpaolo.melo@gmail.com

#### **Maurício Ricardo Anjo Teixeira Pires**<sup>67</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1568-3022>

<http://lattes.cnpq.br/7548777968979252>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: professormauriciopires@gmail.com

#### **Francielle Vieira Oliveira**<sup>68</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2679-0413>

<http://lattes.cnpq.br/2469321799658337>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: francielle.vieira@gmail.com

---

<sup>66</sup> Advogado e Professor de Direito Tributário. Mestre em Relações Internacionais e Desenvolvimento.

<sup>67</sup> Advogado e Professor de Direito Penal e Processo Penal.

<sup>68</sup> Advogada e Professora de Direitos Humanos e Direito Internacional; Doutora em Direito Público; Mestre em Direitos Humanos e Mestre em Filosofia.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Analisar casos concretos para trazer ao aluno a experiência da vida prática. Encontrar as possíveis e a melhor saída para alcançar êxito na solução da lide. Preparar os alunos para obter a aprovação na segunda fase da prova da OAB.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Na verdade, por se tratar de ampla discussão do caso em si, o melhor momento é no início e no meio do tempo regulamentar de aula.

### **Tempo médio de aplicação**

Para se chegar ao resultado final, que é encontrar a melhor solução para o problema proposto, provavelmente, será ocupado todo o horário de aula.

### **Recursos necessários**

Os recursos usados serão os casos julgados pelas cortes judiciais, entrevistas sobre esses casos e, quando for possível, o próprio vídeo da sessão de julgamento do caso em estudo.

### **Passo a passo**

O primeiro passo é acompanhar sempre os julgamentos mais relevantes no Poder Judiciário.

O segundo passo é coletar os documentos relacionados ao julgamento em questão.

O terceiro passo é preparar previamente perguntas e prever possíveis impasses jurídicos que podem acontecer ao longo da análise do caso.

O quarto passo é discutir com os alunos e estimular a participação destes para a solução do caso.

O quinto passo é solicitar que os alunos preparem a petição/recurso para solução do caso.

### **Recomendações**

Os demais docentes que pretendem seguir a implementação de análise real de caso é a coleta dos documentos mais relevantes referentes ao caso mediante a pesquisa e identificação das partes vinculadas ao processo para poder ter acesso ao inteiro teor do processo, que atualmente já todo em formato digital.

### **Competências acionadas nos alunos**

A referida metodologia adicionará aos alunos a interpretar o direito de forma sistêmica ao ser necessário a aplicação prática de várias cadeiras do direito em um único documento (petição/recurso).

Incentivar  aos alunos a troca de opiniões e visões diferentes sobre o mesmo caso estudado.

Estimular  a realiza o do trabalho em equipe em detrimento das opiniões pessoais ou paixões individuais que carregamos ao longo da vida no intuito da melhor tese ou soluço jurídica após ampla discussão com os demais integrantes do grupo.

Este t pico é opcional.

### **Referências**

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 13.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

Cais, Cleide Previtali, O processo tributário, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário**.9  ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 15  ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES, Mauro Luís Rocha. **Processo judicial tributário: execu o fiscal e a es tributárias**, 5. ed. rev. e ampl., Niterói, RJ: Impetus, 2009.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário - Constitui o e Código Tributário   Luz da Doutrina e da Jurisprudência**. 6  ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

[www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)

[www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

## Capítulo XXVII

### Pesquisa Acadêmica surpresa – einsicht - aplicada à disciplina de Direito Civil – Contratos

#### **Ana Carolina Borges de Oliveira<sup>69</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-9621-8407>

<http://lattes.cnpq.br/0054684022872565>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: anacarolinaboliveira@gmail.com

#### **Gabriela Nunes<sup>70</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-2077-5201>

<http://lattes.cnpq.br/2032195512785880>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gn.gabi@gmail.com

#### **Luís Roberto Cavalieri Duarte<sup>71</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1033-4798>

<http://lattes.cnpq.br/5049673970679794>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: prof.robertoduarte@gmail.com

---

<sup>69</sup> Advogada. Mestre em direito e políticas públicas pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. Especialista em Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora do Centro Universitário UniProcessus nas disciplinas de Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil IV, Direito Notarial e Registral e Prática Jurídica.

<sup>70</sup> Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Minorias pelo Centro Universitário Unieuro; especialista em Direito Processual Civil pela Rede de Ensino LFG; Bacharel em direito pelo Centro Universitário Unieuro; professora de Direito Empresarial e Métodos Adequados de Solução de Conflitos no UniProcessus e de Prática Trabalhista no Unieuro.

<sup>71</sup> Graduado em DIREITO pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. Pós-graduado em Direito Penal. Pós-graduado em Atividade Processual. Professor da Universidade Católica de Brasília e do Centro Universitário UniProcessus. Mestre pela Universidade Católica de Brasília. Doutorando pelo Centro Universitário de Brasília- UniCEUB. Defensor Público do Distrito Federal.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Durante o exercício da vida profissional como advogada, percebi como os jovens advogados ficam inseguros no início da profissão.

Assim, com objetivo de gerar mais segurança aos advogados quando recebem suas demandas que, por muitas das vezes, são inéditas no seu dia-a-dia; foi elaborada a pesquisa acadêmica surpresa, que tem como objetivos centrais preparar o aluno para enfrentar as surpresas que os advogados se deparam em seu cotidiano, com a intenção de reduzir o possível *stress* que tal surpresa possa ocasionar; proporcionar aos alunos a oportunidade de elaboração de procuração e de contrato de honorários, típicos do dia-a-dia jurídico; preparar o aluno para as surpresas que os advogados enfrentam em seu cotidiano, demonstrando que tais acontecimentos podem ser facilmente superados; como também mostrar ao aluno que a elaboração de uma procuração (assunto estudado no contrato de mandato) pode ser facilmente resolvida.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Essa metodologia é mais adequada para ser aplicada ao final da aula, no momento exatamente posterior à explanação do conteúdo relacionado ao tema: procuração. Momento que a matéria acabara de ser estudada.

### **Tempo médio de aplicação**

O tempo médio utilizado é de 45 (quarenta e cinco) minutos. Assim, os 45 minutos finais da aula são mais adequados para a apresentação da metodologia.

### **Recursos necessários**

O material utilizado é a entrega do exercício a ser realizado de forma “surpresa” em uma folha pelo professor e a utilização da *Vade Mecum* pelo aluno. Esse exercício também possibilita ao aluno desenvolver maior prática com o uso do seu *Vade Mecum* e, assim, prepará-lo também, ainda que de forma indireta, para o Exame de Ordem.

### **Passo a passo**

Tal exercício inicia-se com o professor explicando que naquela aula haverá uma pesquisa acadêmica surpresa, justamente para criar o contexto de suspense. Ao finalizar a matéria daquele dia, o professor entrega aos alunos uma folha na qual está disposto o exercício.

O exercício descreve um caso real enfrentado por um advogado e solicita que o aluno elabore a procuração para aquele caso.

Assim, o professor explica que tal elaboração não requer nenhuma complicação, tal como muitos advogados imaginam, já que o modelo utilizado na prática contém expressões por vezes complexas e desconhecidas.

O professor, então, explica que para elaboração da referida procuração basta preencher os requisitos dispostos no artigo 654 do Código Civil, independente da forma que tais informações estão dispostas.

Assim, durante a aula, o professor estimula que os alunos iniciem a elaboração de sua procuração por meio de perguntas como: “quem está outorgando a procuração”?

Assim, após elaborarem juntos um modelo de procuração, demonstrando ao aluno que cada um pode ter a sua forma própria; o professor solicita que os alunos finalizem o exercício em casa.

### **Recomendações**

A principal recomendação é que o docente crie o contexto de surpresa antes da elaboração do exercício para que os alunos percebam que tal surpresa pode ser facilmente superada.

### **Competências acionadas nos alunos**

Dentre as competências acionadas, percebe-se que a superação de obstáculos é uma das principais. O aluno passa a compreender que as surpresas que ocorrem na vida dos advogados acabam fazendo parte de seu cotidiano e pode ser resolvida sem muito *stress*.

## Capítulo XXVIII

### Elaboração de Resenhas como Metodologia Ativa de Aprendizagem da disciplina Filosofia Geral e Jurídica

#### **Jonas Rodrigo Gonçalves<sup>72</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>  
<http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>  
Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil  
E-mail: professorjonas@gmail.com

#### **Danilo da Costa<sup>73</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>  
<http://lattes.cnpq.br/9522717317530051>  
Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil  
E-mail: educadordanilocosta@gmail.com

#### **Alessandro Aveni<sup>74</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-6266-6818>  
<http://lattes.cnpq.br/0679425851663633>  
Universidade de Brasília, DF, Brasil  
E-mail: alessandro@unb.br

---

<sup>72</sup> Doutor em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política e Políticas Públicas); Licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras.

<sup>73</sup> Doutorando em Educação; Mestre em Educação. Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, e em Direito Administrativo. Licenciado em Geografia.

<sup>74</sup> Bacharel em Administração e Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília-UnB, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Statale de Milano e em Administração pela Universidade Commerciale Luigi Bocconi di Milano ambas na Itália. Possui também Especialização em Estratégia Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas FGV.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.



### **Objetivos**

Familiarizar os discentes com os textos que embasam a disciplina.  
Fomentar discussões mais apropriadas a partir do estudo prévio da bibliografia pelos discentes.  
Desenvolver capacidade de escrita acadêmica dos discentes.  
Oportunizar a publicação das resenhas produzidas para disciplina.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Na aula inaugural do semestre, divide-se a turma em grupos, designando-se um texto para cada grupo.  
No início da aula, explica-se determinada fase de elaboração da Resenha.  
No desenvolvimento da aula, alunos produzem a fase explicada pelo docente.  
Ao final da aula, alunos encaminham por e-mail ao docente aquela fase concluída.

### **Tempo médio de aplicação**

Esta metodologia ocupa o espaço letivo de 6 (seis) semanas, culminando na Resenha pronta.  
Em cada semana, conta-se com a carga horária de 4 (quatro) horas.  
Ou seja, este método pede 24 (vinte e quatro) horas de aula para que seja concluído com eficácia.

### **Recursos necessários**

As aulas precisam ocorrer no laboratório de informática da instituição para que os alunos possam utilizar computador com acesso à internet.

### **Passo a passo**

Após dividir a turma em grupos e designar um texto para cada grupo, o docente divide a elaboração das resenhas por fases.  
Cada fase tem uma atividade a ser desenvolvida e concluída.  
As fases compreendem:  
localizar os tópicos frasais;  
elaborar a síntese do texto;  
parafrasear a síntese do texto;  
acrescentar técnicas de endosso;  
acrescentar técnicas de terceira pessoa explícita;  
alimentar o modelo institucional;  
passar o trabalho pelo farejador de plágio;  
cadastrar Lattes e Orcid de todos os alunos;  
preencher e assinar os termos de autoria;  
encaminhar para a revisão linguística.

### **Recomendações**

As principais recomendações aos docentes que pretendem usar esta metodologia são:

- dominar as técnicas de elaboração de resenha;
- entender que o espaço letivo de aplicação do método constitui um importante momento de fixação do conteúdo;
- estar disponível para orientar qualquer grupo com dificuldade.

### **Competências acionadas nos alunos**

Desenvolver a escrita acadêmica.

Aprender a localizar as ideias centrais de um texto.

Ler com profundidade os textos da disciplina.

### **Referências**

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811.

## Capítulo XXIX

### Seminários Jurídicos - Aplicabilidade da Sala de Aula Invertida – Flipped Classroom – no Âmbito Acadêmico do Direito

#### **Luís Roberto Cavalieri Duarte**<sup>75</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1033-4798>

<http://lattes.cnpq.br/5049673970679794>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: prof.robertoduarte@gmail.com

#### **Gabriela Nunes**<sup>76</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-2077-5201>

<http://lattes.cnpq.br/2032195512785880>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gn.gabi@gmail.com

#### **Ana Carolina Borges de Oliveira**<sup>77</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9621-8407>

<http://lattes.cnpq.br/0054684022872565>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: anacarolinaboliveira@gmail.com

---

<sup>75</sup> Graduado em DIREITO pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. Pós-graduado em Direito Penal. Pós-graduado em Atividade Processual. Professor da Universidade Católica de Brasília e do Centro Universitário UniProcessus. Mestre pela Universidade Católica de Brasília. Doutorando pelo Centro Universitário de Brasília- UniCEUB. Defensor Público do Distrito Federal.

<sup>76</sup> Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Minorias pelo Centro Universitário Unieuro; especialista em Direito Processual Civil pela Rede de Ensino LFG; Bacharel em direito pelo Centro Universitário Unieuro; professora de Direito Empresarial e Métodos Adequados de Solução de Conflitos no UniProcessus e de Prática Trabalhista no Unieuro.

<sup>77</sup> Advogada. Mestre em direito e políticas públicas pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. Especialista em Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora do Centro Universitário UniProcessus nas disciplinas de Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil IV, Direito Notarial e Registral e Prática Jurídica.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Conhecer a metodologia do estudo a partir da análise de leis, doutrinas jurídicas e casos concretos. Debater, de forma analítica, a aplicação concreta das leis nos problemas contemporâneos.

Analisar os conceitos dogmáticos estruturais, a partir de um marco teórico traçado pelo professor, mas atribuindo a possibilidade de agregar as experiências vividas pelo discente, com responsabilidade social, para lapidar o processo ensino-aprendizado dentro do sistema jurídico brasileiro

Verificar a percepção do discente, a respeito da sua assimilação do conteúdo proposto, para lançar uma ampla discussão de cada assunto entre os demais alunos em sala, especialmente de casos mais complexos.

Discutir os aspectos doutrinários, legais e jurisprudenciais e sua efetividade prática.

Analisar as possibilidades de mudança social significativa pela via do debate acadêmico.

### **Momento adequado para estruturação dos Seminários**

No primeiro dia de aula, o professor deve apresentar o plano de ensino e o plano de aula. Neste, deverá montar as equipes para os seminários, de acordo com o conteúdo programático para cada aula.

### **Tempo médio de aplicação**

A partir do segundo ou terceiro encontro, os seminários devem iniciar, com a apresentação de duas equipes, necessariamente, em cada aula, terminando, no fim do semestre, com a abordagem de toda ementa da disciplina.

### **Recursos necessários**

Para a pesquisa, a partir do plano de aula, que estabelece o tema de cada encontro, os alunos devem buscar os livros doutrinários da disciplina, constante no plano de ensino, bem como casos concretos e decisões judiciais sobre o tópico a ser apresentado.

### **Passo a passo**

No primeiro dia de aula, o professor, após explanar o plano de ensino, especificamente o conteúdo programático para cada aula, deve montar duas equipes para cada encontro.

Em cada aula, haverá a apresentação de duas equipes. Cada equipe deve ser formada por Relatores e Revisores.

Todos os alunos devem ser, obrigatoriamente, relatores e revisores, mas em dias distintos.

O seminário inicia com o grupo dos relatores, que apenas descreve os artigos da lei a ser estudada na data estabelecida. Utiliza-se, nesse momento, o horário anterior ao intervalo. Os relatores, além de apresentar os artigos, também fazem uma análise crítica do objeto da lei, segundo o entendimento doutrinário. Apresentam o conceito, os requisitos, as classificações, as espécies e outras informações relativas ao que está sendo apresentado.

Após o intervalo, o grupo de revisores apresenta a aplicação prática daquele conteúdo relatado. No âmbito jurídico, os revisores trazem jurisprudência sobre o tópico abordado pelos relatores, especialmente os posicionamentos dos Tribunais Superiores e a existência de correntes distintas sobre a temática.

Durante todas as apresentações, o professor se torna um mediador do debate com os demais alunos presentes em sala. Além disso, faz uma exposição introdutória e final em cada encontro.

Por sua vez, cada seminarista deve apresentar, de maneira descritiva e crítica, o tema proposto pelo professor para a aula. Espera-se que todos os alunos tenham lido a bibliografia básica de todos os temas.

Com isso, os alunos tornam-se protagonistas da aula, de modo a se ter melhores resultados na disciplina.

### **Recomendações**

Exigir a participação ativa de todos os alunos em cada encontro. Além disso, utilizar o seminário como processo avaliativo de participação, de conteúdo e de oratória.

### **Competências acionadas nos alunos**

O seminário jurídico se mostra eficaz para que o aluno desenvolva a pesquisa, o senso crítico, a oratória e a sua desenvoltura acerca do tema apresentado.

## Capítulo XXX

### Elaboração de Resumos Estendidos como Metodologia Ativa de Aprendizagem da disciplina Psicologia Jurídica

#### **Jonas Rodrigo Gonçalves<sup>78</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>

<http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>

Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

E-mail: professorjonas@gmail.com

#### **Danilo da Costa<sup>79</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>

<http://lattes.cnpq.br/9522717317530051>

Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

E-mail: educadordanilocosta@gmail.com

#### **Lúcio Carlos de Pinho Filho<sup>80</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-3357-4110>

<http://lattes.cnpq.br/7548673629065244>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lucio.filho@institutoprocessus.com.br

---

<sup>78</sup> Doutor em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política e Políticas Públicas); Licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras.

<sup>79</sup> Doutorando em Educação; Mestre em Educação. Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, e em Direito Administrativo. Licenciado em Geografia.

<sup>80</sup> Mestre em Desenvolvimento Humano e em Ciências Contábeis. Bacharel em Ciências Contábeis e em Administração Pública. Docente do UniProcessus.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Aproximar os estudantes da escrita da tipologia textual mais comum em congressos e eventos científicos.

Familiarizar os discentes com os textos que embasam a disciplina.

Fomentar discussões mais apropriadas a partir do estudo prévio da bibliografia pelos discentes.

Desenvolver capacidade de escrita acadêmica dos discentes.

Oportunizar a publicação dos resumos produzidos para disciplina.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Na aula inaugural do semestre, divide-se a turma em grupos, designando-se um texto para cada grupo.

No início da aula, explica-se determinada fase de elaboração do Resumo Estendido.

No desenvolvimento da aula, alunos produzem a fase explicada pelo docente.

Ao final da aula, alunos encaminham por e-mail ao docente aquela fase concluída.

### **Tempo médio de aplicação**

Esta metodologia ocupa o espaço letivo de 10 (dez) semanas, culminando no Resumo Estendido pronto.

Em cada semana, conta-se com a carga horária de 4 (quatro) horas.

Ou seja, este método pede 40 (quarenta) horas de aula para que seja concluído com eficácia.

Com os resumos prontos, grupos os apresentarão aos demais alunos em forma de seminários.

### **Recursos necessários**

As aulas precisam ocorrer no laboratório de informática da instituição para que os alunos possam utilizar computador com acesso à internet.

### **Passo a passo**

Após dividir a turma em grupos e designar um texto para cada grupo, o docente divide a elaboração dos resumos estendidos por fases.

Cada fase tem uma atividade a ser desenvolvida e concluída.

As fases compreendem:

localizar os tópicos frasais;

elaborar a síntese do texto;

parafrasear a síntese do texto;

alimentar o modelo institucional;

passar o trabalho pelo farejador de plágio;

cadastrar Lattes e Orcid de todos os alunos;  
preencher e assinar os termos de autoria;  
encaminhar para a revisão linguística.

### **Recomendações**

As principais recomendações aos docentes que pretendem usar esta metodologia são:

- dominar as técnicas de elaboração de resumo estendido;
- entender que o espaço letivo de aplicação do método constitui importante momento de fixação do conteúdo;
- estar disponível para orientar qualquer grupo com dificuldade.

### **Competências acionadas nos alunos**

Desenvolver a escrita acadêmica.

Aprender a localizar as ideias centrais de um texto.

Ler com profundidade os textos da disciplina.

### **Referências**

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811.



## Capítulo XXXI

### Elaboração das principais peças jurídicas trabalhistas

**Manoel Veras Nascimento**<sup>81</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1091-5012>

<http://attes.cnpq.br/4814821960201213>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: verasadvocaciadf@gmail.com

---

<sup>81</sup> Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCeub (1995) e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1983). Pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UPIS.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Elaboração das principais peças jurídicas trabalhistas no dissídio individual por meio da abordagem de conteúdo prático-profissional fundamental para o exercício da advocacia trabalhista de forma a capacitar os alunos da disciplina de Prática Jurídica Trabalhista.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Após a disponibilidade da peça jurídica, o Professor deverá realizar a exposição em sala de aula apresentando a estrutura da peça, seus requisitos legais e em que situações ela deve ser manejada.

Na aula seguinte, os alunos devem expor a resolução da peça jurídica de forma oral devendo o Professor mediar o debate e estimular que os alunos apresentem a solução juridicamente viável para o caso concreto.

Durante a correção oral, o Professor deve esclarecer as dúvidas e sanar as eventuais deficiências tanto em relação ao direito material quanto ao direito processual levando em conta a legislação e a jurisprudência vigentes.

Em seguida, cada aluno deve individualmente redigir sua peça para entrega ao Professor que, após a correção, devolverá aos alunos com as devidas observações.

### **Tempo médio de aplicação**

A apresentação e exposição da peça jurídica pelo Professor em sala de aula deve ser realizada em cerca de quarenta minutos.

Por seu turno, a correção oral será realizada em média de trinta a cinquenta minutos, dependendo da complexidade de cada peça jurídica e dos temas explorados.

Os alunos devem redigir suas peças jurídicas em casa para entrega na aula seguinte, posto que ela é utilizada para compor as notas da primeira e da segunda avaliações.

### **Recursos necessários**

Tanto na exposição e apresentação da peça jurídica pelo professor como durante a sua correção oral são utilizados livros de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Processo Civil, Vade Mecum e/ou aparelhos telemáticos com a legislação e a jurisprudência trabalhista vigentes.

### **Passo a passo**

O professor é responsável pela seleção das peças jurídicas que serão utilizadas tendo em conta os temas de direito objetivo que mais aparecem nas provas do Exame de Ordem.

Na correção oral o Professor deve incentivar a participação de todos os alunos, estimulando a discussão e o debate principalmente aqueles que não elaboram as peças.

### **Recomendações**

Durante a correção oral da peça jurídica o professor deve solicitar que o aluno faça a explanação da solução encontrada de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes, principalmente quando utiliza peças que já apareceram em Exames de Ordem e/ou que constam em manuais preparatórios para esse exame, com a finalidade de desestimular a prática do “cópia e cola”.

Por outro lado, as peças jurídicas entregues pelos alunos devem ser manuscritas, preparando os alunos para a segunda fase do Exame de Ordem.


### **Competências acionadas nos alunos**


Capacitar o aluno para equacionar problemas apresentados nas peças jurídicas trabalhistas apresentadas buscando, portanto, soluções as demandas em consonância com a legislação e jurisprudência vigentes; Estimular a interpretação e aplicação do Direito aos casos apresentados; Capacitar o aluno na elaboração de peças jurídicas com base na doutrina, legislação e jurisprudência vigentes.

## Capítulo XXXII

### Do dia a dia para a sala de aula: um debate do Direito acerca de crimes ocorridos na sociedade

**Juliana Porto Vieira Ramos**<sup>82</sup>


 <https://orcid.org/0000-0002-5692-606X>


 <http://lattes.cnpq.br/3453553448845980>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: profjulianaporto@gmail.com

**Arthur Henrique de Pontes Regis**<sup>83</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8544-1475>

 <http://lattes.cnpq.br/6833659805726329>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: prof.arthur.regis@gmail.com

---

<sup>82</sup> Mestra em Ciências Jurídicas-Criminais; Bacharela em Direito.

<sup>83</sup> Doutor e Mestre em Bioética; Bacharel em Direito e em Ciências Biológicas.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

## **Objetivos**

O direito é uma área do conhecimento que tem como objetivo regular a conduta humana em sociedade, incluindo o combate e punição de crimes. Quando ocorrem crimes na sociedade, cabe ao direito investigar, processar e julgar os envolvidos, de forma a garantir a justiça e a proteção dos direitos das vítimas.

Os crimes podem ser classificados em diversos tipos, como crimes contra a vida, contra o patrimônio, contra a honra, entre outros. Cada tipo de crime possui sua própria tipificação, que define as condutas proibidas, as penas aplicáveis e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

O aluno deverá identificar os possíveis tipos penais a serem aplicados nos casos levados a debates em sala de aula. Os casos serão retirados da mídia local e nacional. Estimulando, assim, a participação de todos no debate de matérias atuais.

## **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O melhor momento a ser debatido sobre os crimes que são dispostos na mídia é logo após a explicação do tipo penal na sala de aula, pois os discentes conseguem identificar de maneira mais concreta o que acabaram de aprender na teoria.

Todavia, há possibilidade de os alunos trazerem novos casos práticos e reportagens a serem debatidos em aulas posteriores, sendo esses a serem discutidos no início da aula antes do começar novo conteúdo.

O escopo é que o aluno fique atento às propostas do professor e participe das discussões em grupo ou em duplas. Isso pode ajudar a fixar o conteúdo e também a desenvolver habilidades de comunicação e trabalho em equipe.

## **Tempo médio de aplicação**

As discussões acerca dos casos práticos serão realizadas durante a própria aula, ou no início das aulas seguintes. Destarte, não há prazo determinado para o debate acerca dos casos.

## **Recursos necessários**

Acesso a reportagens de impactos midiáticos.

## **Passo a passo**

O docente deverá iniciar sua aula trazendo a parte teórica e posteriormente ventilar a notícia veiculada na mídia que corresponda ao conteúdo trabalhado em sala.

Após dar conhecimento aos discentes da reportagem, deverá iniciar o debate se seria possível ou não aplicação da parte teoria apresentada ao caso concreto.

No segundo momento, é importante demonstrar aos alunos as possibilidades de aplicação que podem vir a existir dentro do caso concreto.

### **Recomendações**

Ressalta-se por oportuno, que não se pode engessar as tipificações discutidas nos casos, uma vez que se fundamentaram apenas com elementos de informações dispostos na mídia.

Impende destaca, que o educador deverá gerar um ambiente que leve todos a afastarem sua autocensura, permitindo que seja exposto tudo o que lhes vier à mente, sem prejulgamentos. Permitindo, assim, que os alunos expressem suas


### **Competências acionadas nos alunos**


Capacidade de identificação do tipo penal a realidade fática.

## Capítulo XXXIII

# Revisão de conteúdos elegíveis à avaliação bimestral por meio da problematização da realidade na disciplina psicologia organizacional

### **Simone Dias Souza Doscher da Fonseca**<sup>84</sup>


 <https://orcid.org/0000-0001-9373-561X>


 <http://lattes.cnpq.br/63136794567620935>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: simonedoscher@gmail.com

### **Jonas Rodrigo Gonçalves**<sup>85</sup>


 <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>


 <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>

Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

E-mail: professorjonas@gmail.com

### **Maria Aparecida de Assunção**<sup>86</sup>

 <http://orcid.org/0000-0002-2788-0023>

 <http://lattes.cnpq.br/1180985988187856>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: profaparecida@institutoprocessus.com.br

---

<sup>84</sup> Psicóloga clínica e educacional. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia. Professora de Psicologia Jurídica, Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida e Negociação.

<sup>85</sup> Doutor em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política e Políticas Públicas); licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras.

<sup>86</sup> Possui mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais em BH, ano de 1993. É pós-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília de 1987 a 1988. É graduada em Administração pela União Educacional de Brasília (1985).

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Cooperar para a solução de um problema de ordem prática, mediante a hipótese criada previamente, visando a percepção de variadas formas de resolução e aplicação do conteúdo em revisão.

Compreender ou interpretar informações sobre psicologia organizacional com base na seleção e adoção de referências conceituais para elaborar uma resposta criativa e revisar o conteúdo estudado.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Usualmente, é mais adequada para ser utilizada durante uma aula inteira por se tratar de uma revisão, portanto, em torno de duas horas.

### **Tempo médio de aplicação**

A proposta ocupa uma aula inteira pois dedica-se a incentivar os alunos a discutir diferentes situações-problema relativas ao conteúdo em foco.

### **Recursos necessários**

Pequenas tiras de papel com as situações-problema descritas.  
Recipiente para acomodar as tiras de papel.

### **Passo a passo**

A aula de revisão é um momento de grande expectativa para os alunos, que frequentemente, solicitam ao(à) professor(a) que subtraia dúvidas pertinentes ao conteúdo que será verificado na avaliação. Ocorre que em muitos casos, a aula de revisão torna-se uma repetição dos conteúdos de forma passiva visto que nem sempre é possível verificar uma participação efetiva por meio de tópicos trazidos pelos alunos que são resultado das hesitações frente aos estudos realizados previamente. A ideia aqui enunciada propõe uma estratégia que problematiza as questões centrais da disciplina de forma que o aluno sinta-se convidado a tomar uma posição colaborativa frente à situação hipotética criada e, dessa forma, estabeleça uma relação mais ativa que possibilite refletir e conseqüentemente revisar o conteúdo proposto.

A seguir, descrevem-se as etapas da metodologia.

Considera-se que o aluno já realizou de forma antecipada os estudos sobre as temáticas propostas.

O(A) professor(a) elenca os itens mais importantes do conteúdo e que serão objeto de avaliação e propõe breves situações-problema que necessitem de conhecimento prévio da psicologia organizacional para sua resolução efetiva com base em evidências científicas.



Essas situações-problema devem ser descritas e posteriormente cortadas em pequenas tiras de papel para serem dobradas de forma que seu conteúdo fique oculto. Na sequência, são inseridas em um recipiente onde possam ser acomodadas para a posterior etapa.

Os alunos são dispostos sentados em cadeiras formando um círculo no meio da sala.

O(A) professor(a) explica que dentro do recipiente encontram-se várias situações-problema que necessitam da intervenção da psicologia organizacional. O recipiente passará pelas mãos de cada aluno no sentido horário e, ao sinal do professor (pode ser uma palavra combinada antecipadamente ou um sinal sonoro), aquele aluno que estiver com o recipiente em mão será o incumbido de retirar um dos papéis do recipiente e propor uma solução para o problema apresentado, aplicando e indicando para tanto, os conhecimentos de psicologia organizacional empregados.

Caso o aluno não saiba responder, outros alunos podem colaborar. Mesmo que o aluno responda a contento, deve-se incentivar outras contribuições que agreguem valor à solução proposta, proporcionando uma ação coletiva para construção de um novo saber.

A ação deve ser repetida em outras rodadas até que se tenha obtido soluções para todos os problemas propostos.

Ao final, o(a) professor(a) reforça o propósito de revisar os conteúdos utilizando para tanto, a premissa de problematização e que dessa forma pode-se obter resultados mais consistentes, com incremento do repertório de competências importantes ao mundo do trabalho.

### **Recomendações**

É recomendável que o número de situações-problema seja apresentado de acordo com o número de alunos de forma que haja tempo suficiente para permitir o debate entre os alunos, bem como a mediação do(a) professor(a). A atividade requer um bom planejamento por parte do(a) professor(a), portanto, é necessário organizar-se com antecedência sob pena de não atingir adequadamente o propósito da metodologia.

Pode-se propor regras adicionais, como por exemplo, caso um aluno já tenha respondido uma situação-problema a resposta deverá ser emitida pelo estudante sentado a seu lado esquerdo. Lembrando que todos na verdade podem colaborar com a resposta.

### **Competências acionadas nos alunos**

Espera-se acionar as competências seguintes: iniciativa; criatividade e inovação; orientação para resultados e comunicação e interação.

## Capítulo XXXIV

### “Momento fofoca” da disciplina Direito Internacional Público como estratégia de participação ativa dos alunos.

**Fabiana Figueiredo Felício dos Santos Santiago**<sup>87</sup>

<https://orcid.org/0009-0007-8527-0219>

<http://lattes.cnpq.br/6052957538682800>

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

E-mail: fabianafelicio@yahoo.com.br

**Simone Dias Souza Doscher da Fonseca**<sup>88</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9373-561X>

<http://lattes.cnpq.br/63136794567620935>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: simonedoscher@gmail.com

---

<sup>87</sup> Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em agosto/2017. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade FUMEC em julho/2008.

<sup>88</sup> Psicóloga clínica e educacional. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia. Professora de Psicologia Jurídica, Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida e Negociação.

\* A revisão linguística deste capítulo foi realizada pelos autores.

### **Objetivos**

Interpretar informações advindas de noticiário internacional, visando compreender a dinâmica do cenário atual relativa à interação entre Estados, organizações internacionais e pessoas em intersecção com os direitos humanos.

Identificar e acompanhar as notícias internacionais alusivas ao conteúdo da disciplina como ferramenta para fomentar seu interesse e aprofundamento e, consequentemente, maior acessibilidade e familiaridade aos institutos trabalhados.

### **Momento da aula mais adequado para aplicação**

Mais adequado no início das aulas, antes da apresentação do conteúdo proposto para a aula.

### **Tempo médio de aplicação**

Aproximadamente 15 minutos.

### **Recursos necessários**

Equipamento de multimídia.

### **Passo a passo**

O Curso de Direito possui diversas disciplinas e muitas delas com conteúdos bastante complexos e distantes do dia-a-dia dos alunos, principalmente daqueles mais novos, cujo curso é a primeira experiência pós ensino médio. Assim sendo, para chamar-lhes a atenção e fazer com que houvesse uma participação ativa dos alunos no desenvolvimento do ensino, apresento, no início do semestre, o momento “fofoca” da aula. O que significa tal momento? Inicialmente, importante delimitar o conteúdo e objeto da disciplina Direito Internacional Público, disciplina responsável pelo estudo das relações havidas entre Estados, entre estes e as Organizações Internacionais e, principalmente, entre eles, Estados, e os indivíduos, precipuamente o que tange aos Direitos Humanos.

Nesse sentido, Portela (2019), estabelece que em outros momentos, o Direito Internacional estava adstrito ao estudo das competências dos Estados e organizações internacionais trazendo como consequências a imposição de obrigações e a descrição de direitos.

Contemporaneamente, seu objeto de estudo vem se pautando pela ampliação do escopo, passando a se ocupar também da regulamentação da cooperação internacional, de forma que modula o comportamento desses

atores para o alcance dos objetivos comuns vinculados às temáticas de caráter multifacetado e de amplitude mundial.

Assim, trata-se de uma disciplina extremamente interessante e cativante, porém, igualmente complexa, visto as constantes mutações no cenário internacional.

Desta forma, já no primeiro dia de aula, os alunos são informados que, a partir daquele semestre de estudo, serão incentivados a se preparar para compreender e acompanhar as notícias internacionais trazidas pela mídia escrita ou falada.

O “momento fofoca” das aulas utiliza-se exatamente das notícias relacionadas à disciplina como instrumento para demonstrar os diversos institutos estudados durante o semestre.

A dinâmica consiste em solicitar aos alunos que acompanhem diariamente o noticiário internacional e apresentem aos colegas uma notícia que tenha lhe chamado a atenção. Assim, os primeiros minutos da aula são de responsabilidade dos alunos que deverão apresentar alguma notícia internacional da semana anterior à aula, informando a referida fonte. Por exemplo, há uma notícia sobre nomeação de determinada pessoa ao posto de embaixador de determinado país. Após a exposição do aluno, o tema da notícia é explorado e ampliado pelo docente, de modo que o aluno consiga compreender o referido acontecimento e entender sua importância ao cenário internacional e/ou ao Brasil.

O aluno apresenta aos colegas de classe a referida reportagem por meio de recursos de multimídia para proporcionar o perfeito entendimento e participação de todos os alunos.

A dinâmica costuma ser muito rica e proporciona importantes debates em sala de aula, com exposição das questões técnicas sobre a disciplina e o funcionamento da comunidade internacional. Ressalte-se a necessidade e relevância de pesquisa por parte do aluno com relação ao tema trabalhado na reportagem, de modo que ele possa expor o tema aos colegas, participando ativamente da condução da aula.

Não há dúvidas sobre a importância da curiosidade para a formação do conhecimento e compreensão da realidade. Assim, ao solicitar ao aluno que acompanhe os noticiários internacionais e leve uma reportagem para discussão em sala, há a oportunidade de aprendizado levando em consideração sua livre escolha de tema e possibilidade de discussão aprofundada com os colegas e a professora.

### **Recomendações**

Para garantir o andamento da aula e evitar que a dinâmica ultrapasse os minutos iniciais da aula, as notícias apresentadas pelos alunos são limitadas objetivamente, duas ou três por aula, observando a alternância dos alunos responsáveis, de modo que todos possam, ao fim do semestre, terem participado ativamente da aula. Os alunos podem, ou não, serem avaliados pela participação na dinâmica, havendo ou não atribuição de pontuação.

### **Competências acionadas nos alunos**

Espera-se acionar as competências seguintes: proatividade, senso de responsabilidade, raciocínio lógico e raciocínio jurídico.



### **Referência**

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado: Incluindo Noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário. – 11. Ed. rev., atual. E ampl. – Salvador: JusPOVIM, 2019, p.40.



## CAPÍTULO XXXV

### Elaboração de Artigo de Revisão de Literatura como Metodologia Ativa de Aprendizagem



#### **Jonas Rodrigo Gonçalves<sup>89</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>  
 <http://lattes.cnpq.br/6170026823767166>  
Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil  
E-mail: professorjonas@gmail.com

#### **Maria Aparecida de Assunção<sup>90</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-2788-0023>  
 <http://lattes.cnpq.br/3180985988187856>  
Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: profaparecida@institutoprocesso.com.br

#### **Simone Dias Souza Doscher da Fonseca<sup>91</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0001-9373-561X>  
 <http://lattes.cnpq.br/3136794567620935>  
Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil  
E-mail: simonedoscher@gmail.com

---

<sup>89</sup> Doutor em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política e Políticas Públicas); licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras.

<sup>90</sup> Possui mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais em BH, ano de 1993. É pós-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília de 1987 a 1988. É graduada em Administração pela União Educacional de Brasília (1985).

<sup>91</sup> Psicóloga clínica e educacional. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia. Professora de Psicologia Jurídica, Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida e Negociação.

## **Objetivos**

O direito é uma área do conhecimento que tem como objetivo regular a conduta humana em sociedade, incluindo o combate e punição de crimes. Quando ocorrem crimes na sociedade, cabe ao direito investigar, processar e julgar os envolvidos, de forma a garantir a justiça e a proteção dos direitos das vítimas.

Os crimes podem ser classificados em diversos tipos, como crimes contra a vida, contra o patrimônio, contra a honra, entre outros. Cada tipo de crime possui sua própria tipificação, que define as condutas proibidas, as penas aplicáveis e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

O aluno deverá identificar os possíveis tipos penais a serem aplicados nos casos levados a debates em sala de aula. Os casos serão retirados da mídia local e nacional. Estimulando, assim, a participação de todos no debate de matérias atuais.

## **Momento da aula mais adequado para aplicação**

O melhor momento a ser debatido sobre os crimes que são dispostos na mídia é logo após a explicação do tipo penal na sala de aula, pois os discentes conseguem identificar de maneira mais concreta o que acabaram de aprender na teoria.

Todavia, há possibilidade de os alunos trazerem novos casos práticos e reportagens a serem debatidos em aulas posteriores, sendo esses a serem discutidos no início da aula antes do começar novo conteúdo.

O escopo é que o aluno fique atento às propostas do professor e participe das discussões em grupo ou em duplas. Isso pode ajudar a fixar o conteúdo e também a desenvolver habilidades de comunicação e trabalho em equipe.

## **Tempo médio de aplicação**

As discussões acerca dos casos práticos serão realizadas durante a própria aula, ou no início das aulas seguintes. Destarte, não há prazo determinado para o debate acerca dos casos.

## **Recursos necessários**

Acesso a reportagens de impactos midiáticos.

## **Passo a passo**

O docente deverá iniciar sua aula trazendo a parte teórica e posteriormente ventilar a notícia veiculada na mídia que corresponda ao conteúdo trabalhado em sala.

Após dar conhecimento aos discentes da reportagem, deverá iniciar o debate se seria possível ou não aplicação da parte teoria apresentada ao caso concreto.

No segundo momento, é importante demonstrar aos alunos as possibilidades de aplicação que podem vir a existir dentro do caso concreto.

### **Recomendações**

Ressalta-se por oportuno, que não se pode engessar as tipificações discutidas nos casos, uma vez que se fundamentaram apenas com elementos de informações dispostos na mídia.

Impende destaca, que o educador deverá gerar um ambiente que leve todos a afastarem sua autocensura, permitindo que seja exposto tudo o que lhes vier à mente, sem prejulgamentos. Permitindo, assim, que os alunos expressem suas

### **Competências acionadas nos alunos**

Capacidade de identificação do tipo penal a realidade fática.